



Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em BR GAAP referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2019 e Parecer dos Auditores Independentes.

Banco Pine S.A.



Banco Pine S.A.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2019
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Pine S.A ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pine S.A e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pine S.A. e do Banco Pine S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil

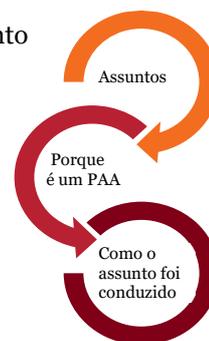
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Banco Pine S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, exceto pela inclusão do PAA sobre bens não de uso próprio, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Valor justo de títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado

Conforme divulgado nas notas 3(e) e 6(a), o Banco mantém investimentos em títulos de dívida de companhias de capital fechado classificados na categoria disponível para venda e mensurados ao valor justo.

Esses investimentos em títulos de dívida não são negociados em mercado ativo. Dessa forma, no processo de mensuração do valor justo, a Administração aplicou seu julgamento em relação à definição do modelo aplicado e às premissas adotadas. A mensuração do valor justo foi efetuada por meio do método de fluxo de caixa descontado, que considera premissas estabelecidas internamente pela Administração.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, uma vez que o uso de diferentes modelos de mensuração ou de premissas poderiam produzir variações no valor justo significativamente diferentes daquelas estimadas.

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e testes sobre os controles relevantes identificados nesse processo, tais como os controles de validação da captura das premissas e da aplicação dessas no processo de mensuração do valor justo dos títulos de dívida.

Analisamos a metodologia de mensuração do valor justo desses títulos de dívida e a razoabilidade das premissas adotadas pela Administração, bem como analisamos a consistência dessas premissas com as adotadas em exercícios anteriores.

Efetuamos, também, para amostras selecionadas, testes de recálculo do valor justo dos títulos de dívida, com base nas premissas adotadas pela Administração.

Consideramos que os modelos e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.



Banco Pine S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

Conforme divulgado nas notas 3(h) e 7(d), o Banco mensurou a provisão para créditos de liquidação duvidosa por meio do estabelecimento de níveis de risco (*rating*) para cada operação, conforme previsto na Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A definição de risco (*rating*) para cada operação considera julgamento por parte da Administração quanto à definição das premissas e da conjuntura econômica, da experiência passada, dos níveis de inadimplência, de riscos específicos em relação às operações e aos devedores e suas respectivas garantias.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e testes sobre os controles internos relevantes relacionados ao processo de classificação dos níveis de risco, de monitoramento das garantias recebidas, e da totalidade e integridade da base de dados da carteira de crédito, que serve como base para apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Efetuamos, também, em base amostral, testes documentais sobre a existência de garantias apresentadas, bem como sobre a razoabilidade do julgamento e das premissas adotadas pela Administração para a determinação dos *ratings* e a aplicação da metodologia de cálculo da provisão com base nos referidos níveis de riscos atribuídos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na determinação e registro da provisão para créditos de liquidação duvidosa são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Valor recuperável do crédito tributário

Conforme divulgado nas notas 3(s) e 9(b), o Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. Esses créditos foram constituídos com base em estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela Administração, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil.

Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidos pela Administração, para projeção de lucros tributários futuros.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas poderia alterar significativamente a

Nossos principais procedimentos consideraram a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela Administração.

Comparamos as premissas críticas utilizadas com as projeções orçamentárias elaboradas pela Administração e, quando aplicável, com projeções macroeconômicas divulgadas no mercado.

Como base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como crédito tributário, consideramos que as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações



Banco Pine S.A.

Porque é um PAA

projeção de lucros tributários, e conseqüentemente, os prazos previstos de realização do crédito tributário, com conseqüente impacto contábil.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

financeiras.

Bens não de uso próprio

Conforme divulgado nas notas 3(j) e 11, o Banco possui bens não de uso próprio compostos basicamente por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo menos o custo de venda, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

A Administração avalia a existência de indicativos de redução ao valor de realização desses ativos, com base em laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos e premissas estabelecidas pela Administração.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois envolve a utilização de premissas e julgamentos por parte da Administração na mensuração do valor recuperável desses imóveis e a sua relevância no contexto das demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos consideraram, dentre outros, a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizada pela Administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.

Adicionalmente, efetuamos testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo desenvolvida pela Administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.

Consideramos que a metodologia e as premissas adotadas pela Administração no registro do valor recuperável desses ativos são razoáveis em todos aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Contingências fiscais

Conforme divulgado nas notas 3(q) e 16(b), o Banco é parte em processos administrativos e judiciais de natureza fiscal, inerentes as suas operações, os quais são avaliados de forma recorrente, com os impactos contábeis reconhecidos de acordo com a probabilidade de perda.

A determinação da probabilidade de perda julgamento por parte da Administração que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos.

As contingências fiscais podem ser encerradas após um longo espaço temporal e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também de aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o apoio de nossos especialistas na leitura e o entendimento dos processos administrativos ou judiciais relevantes. Adicionalmente, realizamos a inspeção documental das principais movimentações dos processos.

Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte e confirmamos com os assessores jurídicos os dados dos processos, incluindo sua avaliação da probabilidade de perda.

Consideramos que os critérios adotados pela Administração para a determinação da provisão para contingências fiscais, bem como as divulgações efetuadas são apropriados.



Banco Pine S.A.

Porque é um PAA

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, devido aos aspectos processuais e ao nível de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda atribuída a cada processo.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Ambiente de tecnologia da informação

Devido à diversidade e volume de transações, o Banco é dependente da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações.

Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles, poderia ocasionar o processamento impreciso de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações, bem como de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria, devido à complexidade do ambiente de tecnologia e a dependência do Banco em sua operação.

Nossos procedimentos consideraram os diferentes níveis de maturidade dos controles e incluíram, entre outros, o apoio de nossos especialistas em sistemas para a atualização do nosso entendimento e testes sobre a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia da informação que consideram também segurança da informação e gerenciamento de mudanças sistêmicas.

Testamos também a efetividade dos principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras, bem como os necessários controles compensatórios, quando aplicável.

Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e controles estabelecidos pela Administração apresentaram uma base razoável de eficácia para suportar os principais processos de negócios que geram informações críticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos



Banco Pine S.A.

relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Banco Pine S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos



Banco Pine S.A.

aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1



BANCO PINE S/A
CNPJ 62.144.175/0001-20 - Companhia Aberta NIRE 35300525515
RESUMO DO COMITÊ DE AUDITORIA
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

O Comitê de Auditoria do Banco Pine S.A. e suas controladas (“Conglomerado Pine”) é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, implantado conforme regulamentações do Banco Central do Brasil - BACEN e da Comissão de Valores mobiliários - CVM, e atua de acordo com o estabelecido em seu Regimento (disponível no site ri.pine.com), tendo por competência zelar (i) pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho das empresas de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Para o exercício de supervisão, o Comitê de Auditoria se baseia em informações recebidas da Administração e das áreas de negócios e suporte; nos trabalhos da Auditoria Interna e do Auditor Independente; nas informações das estruturas responsáveis pelo gerenciamento de riscos, controles internos e conformidade; assim como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A elaboração das Demonstrações Financeiras do Conglomerado Pine, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil é de responsabilidade de sua Administração, a quem cabe estabelecer procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras. Ainda, compete à Administração, dentre outras responsabilidades, gerenciar os riscos, estabelecer a estrutura e funcionamento do sistema de controles internos e garantir a conformidade legal.

O Auditor Independente é responsável por examinar as Demonstrações Financeiras e emitir relatório sobre sua adequação, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, decorrente da legislação societária, das normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

A Auditoria Interna tem suas atividades direcionadas para a avaliação da eficiência e eficácia dos controles internos do gerenciamento de riscos, e na aderência dos processos às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração.

1. Atividades do Comitê de Auditoria no 2º semestre de 2019

No cumprimento de suas atribuições em relação ao 2º semestre de 2019 e em relação às atividades a seguir, o Comitê de Auditoria:

- a) **Auditoria Independente:** O Comitê realizou reuniões com a PricewaterhouseCoopers (PwC) para apreciar o escopo, planejamento e resultados de seus trabalhos, bem como discutir aspectos contábeis relevantes que fundamentam a opinião do auditor sobre as demonstrações contábeis e relatórios financeiros. As recomendações incluídas nos relatórios de controles internos foram apresentadas ao Comitê de Auditoria, assim como os planos de ação desenvolvidos pela Administração para implantá-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade dos negócios do Conglomerado Pine.



- b) Auditoria Interna:** O Comitê monitorou a adequação da estrutura e funcionamento da Auditoria Interna, discutiu e acompanhou a execução do plano de auditoria Interna quanto à cobertura dos principais riscos do Conglomerado Pine e o resultado dos trabalhos realizados, os relatórios emitidos, conclusões e recomendações, assim como os planos de ação desenvolvidos pela Administração para implantá-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade dos negócios do Conglomerado Pine.
- c) Demonstrações Financeiras Consolidadas:** O Comitê apreciou o processo e discutiu com a Administração e com a PwC os critérios e práticas contábeis aplicadas para a elaboração das Demonstrações Financeiras, os balanços individuais e consolidados, os relatórios financeiros e as notas explicativas divulgadas em conjunto, o relatório da Administração e o Relatório do Auditor Independente.
- d) Administração de Riscos:** A Gestão de Risco do Conglomerado Pine é exercida de forma integrada, compreendendo Risco de Crédito, Risco de Mercado, Risco de Liquidez e Risco Operacional, regulamentados pelo Banco Central do Brasil. O Comitê acompanhou os aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos do Conglomerado Pine e o processo de governança para definir o apetite de riscos e controlar os limites estabelecidos.
- e) Outras atividades do Comitê:** O Comitê realizou reuniões com diversas áreas do Conglomerado Pine para o conhecimento e apreciação do ambiente de controles internos, com ênfase nos aspectos de conformidade legal, gestão de riscos, prevenção à lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo, canais de denúncia e ouvidoria, transações com partes relacionadas, LGPD-Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, realização de créditos tributários, avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos gestores na manutenção e aprimoramento. O Comitê apresentou relatos sistemáticos das suas atividades para o Conselho de Administração.

2. Conclusão

O Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, avaliou que o sistema de controles internos é adequado ao porte e complexidade das operações do Conglomerado Pine e que conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras do Banco Pine S.A. e suas controladas para o semestre findo em 31 de dezembro de 2019 e o estudo de realização do crédito tributário, recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2020.

Carlos Elder Maciel de Aquino - Presidente

Guy Almeida Andrade - membro Qualificado

Rodrigo Esteves Pinheiro - Membro

Lavinia Moraes de Almeida Nogueira Junqueira - Membro



BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 62.144.175/0001-20

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Após análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro 2019, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras, Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria (“Demonstrações Financeiras”), os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

São Paulo, 18 de Fevereiro de 2020.

Membros da Diretoria Executiva

Mauro Sanchez
Eduardo Magalhães Fonseca
Jefferson Dias Miceli
Carlos Eduardo Tyba
Eugenio Fabbri Neto
Fabio Pinto Ribeiro Zingra de Araújo
Jailton Marcio Donasan
José Aparecido Da Silva
Marcelo Camargo
Sergio Luís Patrício
Renata Leme Borges dos Santos



BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 62.144.175/0001-20

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Após análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2019, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras, Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria (“Demonstrações Financeiras”), os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

São Paulo, 18 de Fevereiro de 2020

Membros da Diretoria Executiva

Mauro Sanchez
Eduardo Magalhães Fonseca
Jefferson Dias Miceli
Carlos Eduardo Tyba
Eugenio Fabbri Neto
Fabio Pinto Ribeiro Zingra de Araújo
Jailton Marcio Donasan
José Aparecido Da Silva
Marcelo Camargo
Sergio Luís Patrício
Renata Leme Borges dos Santos

Relatório da Administração - 2019

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O evento que marcou 2019 foi a reforma da previdência, que deve gerar uma economia de R\$ 855,7 bilhões em dez anos, tanto para a União quanto para os estados e municípios. Além disso, fatores como a mudança nas aposentadorias dos militares, a medida provisória que combate fraudes no INSS e o projeto de lei da varredura dos processos judiciais no INSS tendem a gerar reduções de despesas relevantes. Ao todo, a economia da reforma atingiria R\$ 1,31 trilhão em dez anos. Isso foi suficiente para que as medianas das expectativas para o crescimento do PIB e para o câmbio em 2019 convergissem para 2% e R\$ 3,5/US\$ no início do ano passado. Apesar da reforma aprovada, não houve o reflexo esperado em 2019.

Começando pelo câmbio, a relação real dólar fechou 2019 em R\$ 4,04/US\$, muito acima da mediana das projeções do início do ano passado devido a dois eventos: (i) a inflação acumulada em 12 meses até novembro, igual a 3,3%, muito abaixo do centro da meta de 4,25%. Isso levou à queda da taxa Selic para 4,5% e à saída do investimento externo em ativos domésticos de renda fixa; (ii) a decepção com o crescimento do PIB, que deve ter expandido apenas 1,0% em 2019 e que contribuiu para a saída de investidores estrangeiros em ativos de renda variável.

Apesar da recuperação do otimismo empresarial no terceiro e no quarto trimestres de 2019, a utilização da capacidade produtiva permaneceu em 76%, bem abaixo da média de 82,5% entre o 1T03 e o 3T14, período que precedeu a grande recessão que foi do 4T14 ao 4T16. Esta ociosidade prejudicou a recuperação do investimento bruto no ano passado e contribuiu para fraca performance do PIB de 2019. Setorialmente, o excesso de ociosidade na capacidade produtiva limita a produção de bens de capital, fazendo com que o PIB da indústria de transformação provavelmente tenha encolhido em 2019. Ainda setorialmente e por conta principalmente da tragédia de Brumadinho, a indústria extrativa reduziu no ano passado. Logo, a fraca performance do investimento bruto empresarial e da indústria foi o principal motivo por trás do desapontamento com PIB em 2019. Assim, a retomada do desempenho destes indicadores serão parte fundamental dos desafios para o crescimento econômico de 2020 atingir 2,0% a 2,5%.

O primeiro requisito para a retomada são as condições financeiras. Apesar do câmbio desvalorizado, as condições financeiras estão bem melhores porque o juro de mercado está em patamares relativamente baixos. Acompanhando a queda da Selic de 6,5% em janeiro/19 para 4,25% atualmente, o juro real médio anual de empréstimo pelo setor financeiro privado para a pessoa jurídica (PJ) está em 11,5% ante 16% em janeiro/19. Já o juro real privado para a pessoa física (PF) caiu de 46% em janeiro/19 para o nível atual de 39,4%.

Apesar de ainda relativamente caras, segundo o próprio banco central, as condições financeiras são suficientes para que o crédito privado real permita que o investimento bruto privado e o consumo das famílias expandam mais fortemente no ano. De fato, o crédito privado real para PJ cresce apenas 6,8% atualmente, contra 6,2% em janeiro/19; para PF, a elevação real corrente é de 12% ante 7,3% em janeiro/19. O crescimento real mais rápido de ambas as categorias de crédito suportado por juros reais mais baixos pode levar o investimento bruto privado e o consumo das famílias a expandirem em 2020 em comparação a 2019, e isso seria parcialmente suficiente para elevar o PIB de 1% para 2,5%.

2. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Durante o ano de 2019, intensificamos a implementação do novo viés estratégico estabelecido nos últimos trimestres, caracterizado pela pulverização comercial, e com foco em aumentar a exposição em clientes com faturamento de até R\$ 500 milhões, segmento renomeado como Empresas. Nos últimos 12 meses esse segmento vem ganhando escala e em dezembro de 2019 atingiu a marca de R\$ 1,2 bilhão de carteira expandida, representando 28% do total do portfólio e 53% das receitas recorrentes de crédito no 4T19. Nesse último trimestre conquistamos a marca recorde de 90 novos clientes. Vale ressaltar que no período a quantidade de clientes do Empresas aumentou em 18% na comparação com o último trimestre.

O **total de ativos** somou R\$ 10,1 bilhões ao fim de 2019, com um crescimento de 9,0% em relação ao encerramento de 2018. A carteira de crédito classificada, foco do nosso novo modelo de negócio, registrou alta de 16,7% nos últimos 12 meses, impulsionada, principalmente, pelo **crescimento do segmento Empresas**. A qualidade da carteira apresentou melhora expressiva em dezembro de 2019, com 84,4% classificado entre os ratings de AA-C ante 78,4% em dezembro de 2018.

Considerando o **desempenho do 4T19** comparativamente ao mesmo período de 2018, é possível notar avanços significativos nos nossos indicadores, especialmente no tema geração de receitas, sendo que a margem financeira bruta cresceu de R\$ 2 milhões para R\$ 34 milhões nessa comparação. Com isso, o *Net Interest Margin* (NIM) incrementou para 2,3% a.a. no 4T19 ante 0,1% a.a. no 4T18, impulsionado pela mudança na composição do *mix* de produtos e de segmentos, principalmente pelo aumento da participação da carteira do segmento Empresas.

Os resultados do 4T19 também confirmam os avanços concretos na nossa **agenda de transformação digital**. Focados na otimização da jornada do cliente, implementamos mais *APIs* com parceiros estratégicos e *fintechs*, e por meio de novas parcerias como a Hub Fintech e a Getnet, buscamos oferecer produtos diferenciados e serviços justos. Além das melhorias sistêmicas, passamos por um processo de fortalecimento de cultura com constante evolução de nossas equipes, incentivando o empreendedorismo e a empatia, e sempre com foco na oferta de um atendimento cada vez mais personalizado ao cliente. **Seguimos determinados no nosso grande propósito de financiar rápido e servir bem milhares de empresas, em benefício das pessoas.**

Ao longo de 2019 intensificamos com sucesso nossa presença no mercado de capitais, com destaque para **aumento de capital social** que realizamos no 4T19. Em outubro, nosso Conselho de Administração aprovou o aumento por meio da subscrição privada de ações no valor máximo de R\$ 100,1 milhões. O processo foi encerrado em 20 de dezembro de 2019, e homologado pelo Bacen no dia 30 do mesmo mês. Foram captados **R\$ 90,1 milhões**, ou seja, 90% do capital disponível para subscrição. Após aprovação, além do incremento na base acionária, o *free float* das ações PINE4 cresceu de 29,22% para **35,63%**. **Encerramos o mês de janeiro de 2020 com 10.572 acionistas**, crescimento de 567% nos últimos 12 meses, sendo que o mesmo movimento também pode ser observado no nosso **valor de mercado**, que encerrou 2019 em R\$ 622 milhões ante R\$ 292 milhões no início do ano. Com a capitalização visamos fortalecer a nossa estrutura de capital considerando a intensificação do novo modelo de negócios, e dar continuidade na cura da carteira monitorada e venda de ativos não *core*.

Reforçamos a confiança no nosso modelo de negócio baseado na adoção da estratégia que permitirá a retomada do crescimento com rentabilidade e de forma sustentável, sempre com transparência e foco visando trazer credibilidade na gestão e maior relacionamento com nossos *stakeholders*.

3.PERFIL INSTITUCIONAL

O Banco Pine (B3: PINE4) é um Banco regional brasileiro, de capital aberto, que há mais de vinte anos destaca-se em financiar e assessorar grandes e médias empresas. Sua estratégia baseia-se em conhecer cada cliente profundamente, entendendo seu negócio e seu potencial, de modo a construir soluções e alternativas financeiras personalizadas, como, serviços de conta corrente, rotativos, cobranças, transferências, fianças, câmbio, comércio exterior, seguros e investimentos.

Esta estratégia requer diversidade de produtos, capital humano qualificado, administração de riscos eficiente e agilidade - características consistentemente desenvolvidas pelo Banco.

4.DESTAQUES DO PERÍODO

Os principais destaques do período:

- Geração consistente de receitas, com crescimento da Margem Financeira Bruta tanto na comparação 4T19/4T18, quanto na comparação 4T19/3T19.
- Consolidação da estratégia de aumentar a participação na carteira do segmento Empresas, cuja carteira expandida atingiu R\$ 1,2 bilhão, crescimento de 67,1% nos últimos 12 meses, representado por 319 clientes. A carteira expandida consolidada totalizou R\$ 4,3 bilhões, crescimento de 4,9% em relação a dezembro de 2018.
- Aumento do número de clientes ativos do Banco Pine em 23,7%, se comparado com dezembro de 2018, totalizando 580 grupos.
- Contínua pulverização de risco da carteira de crédito consolidada, com um saldo de ticket médio de R\$ 7,4 milhões.
- Melhora na qualidade da carteira, com 84,4% de concentração entre os ratings AA-C, frente a 78,4% em dezembro de 2018.
- Redução de 2,3% nas despesas de pessoal e administrativas, comparando o ano de 2019 ao de 2018.
- Balanço com alta liquidez, com caixa equivalente a R\$ 1,6 bilhão.
- Índice de Basileia encerrou dezembro de 2019 em 12,3%, sendo 10,8% de Capital Nível I, adequado para a nova estratégia do Banco Pine.

5.DESTAQUES FINANCEIROS

O Banco Pine (B3: PINE4) anuncia seus resultados em BRGAAP do 4T19 e do ano de 2019. Nesse relatório utilizamos critérios gerenciais para apresentação do resultado que afetam a abertura entre as linhas do resultado, mas não alteram o lucro líquido.

RESULTADOS (R\$ Milhões)	4T18	3T19	4T19	2018	2019	Variação	
						4T19/4T18	2019/2018
Margem financeira bruta	2	11	34	32	27	-	-15,6%
Custo de crédito	(25)	(17)	(132)	57	(128)	-	-
Receita de prestação de serviços	16	14	13	66	45	-18,6%	-32,1%
Despesas administrativas e de pessoal (inclui PLR)	(57)	(51)	(65)	(215)	(210)	15,1%	-2,3%
Resultado operacional	(74)	(40)	(165)	(57)	(308)	123,0%	-
Lucro líquido / (prejuízo)	(75)	(24)	(24)	(60)	(118)	-68,3%	98,0%

BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ Milhões)	Dez18	Set19	Dez19	Variação	
				Dez19/Set19	Dez19/Dez18
Total de ativos	9.301	10.045	10.140	1,0%	9,0%
Carteira de crédito expandida	4.106	4.176	4.308	3,1%	4,9%
Grandes Empresas	3.367	3.072	3.073	0,1%	-8,7%
Empresas	739	1.105	1.235	11,7%	67,1%
Recursos captados	6.379	6.399	6.698	4,7%	5,0%
Patrimônio líquido	869	783	841	7,4%	-3,2%

INDICADORES DE DESEMPENHO (%)	4T18	3T19	4T19	Variação	
				4T19/3T19	4T19/4T18
Net interest Margin (NIM)	0,1	0,7	2,3	1,6 p.p.	2,2 p.p.
ROE (%a.a.)	(29,4)	(11,5)	(11,2)	0,3 p.p.	18,2 p.p.
Índice de Basileia	12,8	12,3	12,3	0,0 p.p.	-0,5 p.p.
Índice de Capital Nível I	11,9	10,5	10,8	0,3 p.p.	-1,1 p.p.
Inadimplência (acima de 90 dias)	0,9	2,2	2,5	0,3 p.p.	1,6 p.p.
Índice de Cobertura (acima de 90 dias)	1.386	486	516	29,8 p.p.	-

OUTRAS INFORMAÇÕES	Dez18	Set19	Dez19	Variação	
				Dez19/Set19	Dez19/Dez18
Colaboradores (quantidade)	361	416	434	4,3%	20,2%
Valor de mercado (R\$ milhões)	268	389	622	60,0%	132,4%
Valor Patrimonial por ação (R\$)	7,17	6,46	5,68	-12,1%	-20,8%

6. DESEMPENHO FINANCEIRO

Resultado consolidado

O resultado totalizou R\$-24 milhões no 4T19, estável em relação ao 3T19 e uma melhora de 68,3% quando comparado ao 4T18. Essa variação reflete o avanço na estratégia, e foi impulsionado (i) pelo crescimento da Margem Bruta, reflexo da maior carteira de crédito, (ii) pela gestão das despesas operacionais, e (iii) pelo melhor resultado não operacional, reflexo da melhor performance das vendas de BNDUs a prazo.

Vale mencionar que no 4T19 tivemos o efeito da ativação dos créditos tributários no montante de R\$ 80 milhões, efeito decorrente da majoração da alíquota de CSLL para 20%. Também nesse trimestre optamos por realizar provisões de crédito prudenciais, reforçando ainda mais a qualidade do balanço.

Na comparação anual, o prejuízo acumulado totalizou R\$-118 milhões em 2019, comparado a R\$-60 milhões em 2018.

Destaques patrimoniais

Os ativos totais alcançaram R\$ 10.140 milhões ao final de dezembro 2019, crescimento de 9,0% em doze meses, e de 1,0% no trimestre. O patrimônio líquido totalizou R\$ 841 milhões no mesmo período.

A carteira de crédito expandida atingiu R\$ 4,3 bilhões ao final de dezembro de 2019, com aumento de 4,9% na comparação anual. A carteira de crédito classificada, foco do nosso novo modelo de negócio, registrou alta de 16,7% em relação a dezembro de 2018, impulsionada, principalmente, pelo crescimento da carteira do segmento Empresas.

Os créditos classificados entre os ratings AA-C, segundo a Res. nº 2.682 do Banco Central, representavam 84,4% da carteira de crédito ao final de dezembro de 2019, ante 78,4% em dezembro de 2018, ratificando a qualidade da carteira. Essa melhora reflete a qualidade das novas safras e dos processos de concessão de crédito, além de evidenciar a nova estratégia de migração da carteira visando operações de maior rentabilidade e com mais garantias atreladas.

Captação

O total de captação atingiu R\$ 6,7 bilhões em dezembro de 2019, apresentando um aumento de 5,0% em doze meses. Permanecemos com uma carteira diversificada e continuamos praticando prazos e condições adequadas ao perfil dos ativos.

As captações com pessoas físicas representaram 86,9% do total de *funding*, todas originadas por meio das mais de 60 distribuidoras que operamos, ou pelo Pine Online, nossa plataforma de investimentos. A plataforma digital tem performado acima das expectativas, e atualmente figura entre os cinco maiores canais de captação do Banco. Com o Pine Online, passamos a abranger um escopo maior de clientes, ao passo que a plataforma também auxilia na redução nos custos de captação, nos dando ainda mais vantagens frente ao mercado.

Índice da Basileia

Ao final de dezembro de 2019, o índice de Basileia atingiu 12,3%, sendo que o índice de Capital Nível I totalizou 10,8%. Este patamar segue adequado para a estratégia de reposicionamento da carteira de crédito do Banco.

7. RATINGS

O Banco é classificado por agências nacionais internacionais de *rating* e as notas atribuídas refletem seu desempenho operacional, a solidez financeira e a qualidade da sua administração, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual a companhia está inserida.

	Local	Global	Soberano
	BBB-	B	BB-

8. RECURSOS HUMANOS

Pessoas são o principal ativo do Banco Pine. Por isso, o objetivo de Recursos Humano é atrair, reter e desenvolver os melhores talentos, através da manutenção de um ambiente de alto desempenho, com foco em resultados e baseado em meritocracia. Ao final de dezembro de 2019, contávamos com 434 colaboradores, incluindo terceiros.

9. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Banco Pine possui políticas ativas de governança corporativa, em decorrência do compromisso permanente com seus acionistas e demais partes relacionadas. Entre os diferenciais de governança praticados pelo Pine, além de integrar o nível 2 de Governança Corporativa da B3, estão:

- Dois membros independentes no Conselho de Administração;
- 100% *tag along* para todas as ações, inclusive as preferenciais;
- Procedimentos de arbitragem para rápida solução em caso de disputas;
- Divulgação anual de resultados em dois padrões contábeis, BR GAAP e IFRS; e
- Comitês de Auditoria e Remuneração, que respondem diretamente ao Conselho de Administração.

10. AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, no período de janeiro a dezembro de 2019, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Banco Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

11. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A atuação da equipe de Relações com Investidores é pautada pelo compromisso com a transparência, equidade da informação e busca constante por melhores práticas, transmitindo as informações, perspectivas e estratégias do Banco Pine de forma qualificada. Por meio do site de RI (ri.pine.com), o Banco Pine mantém os acionistas sempre atualizados, e no caso de dúvidas, disponibilizamos um canal de comunicação direto via e-mail (ri@pine.com).

A Administração.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de Reais - R\$)

ATIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
CIRCULANTE		3.110.336	4.598.183	3.244.593	4.714.039
Disponibilidades	4.	82.328	188.215	83.328	228.539
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.	37.592	1.260.813	37.592	1.260.813
Aplicações no mercado aberto		2.240	1.224.799	2.240	1.224.799
Aplicações em depósitos interfinanceiros		35.352	36.014	35.352	36.014
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		68.371	1.039.896	68.371	1.114.982
Carteira própria	6. a)	18.018	386.905	18.018	461.991
Vinculados a compromissos de recompra	6. a)	-	150.425	-	150.425
Instrumentos financeiros derivativos	6. b)	50.353	131.114	50.353	131.114
Vinculados à prestação de garantias	6. a)	-	371.452	-	371.452
Relações interfinanceiras		2.239	1.230	2.239	1.230
Créditos vinculados:					
Depósitos no Banco Central do Brasil		2.172	1.230	2.172	1.230
Correspondente		67	-	67	-
Operações de crédito	7.	1.816.039	1.358.703	1.816.039	1.358.703
Operações de crédito - setor privado		2.136.277	1.618.024	2.136.277	1.618.024
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	7. g)	(320.238)	(259.321)	(320.238)	(259.321)
Outros créditos		657.044	226.118	660.007	226.549
Avais e Fianças Honradas		-	8.710	-	8.710
Carteira de câmbio	8.	266.007	48.847	266.007	48.847
Rendas a receber		13.028	18.484	13.028	18.485
Negociação e Intermediação de Valores		76.764	19.392	76.764	19.392
Diversos	9.	367.274	147.865	370.237	148.295
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7. g)	(66.029)	(17.180)	(66.029)	(17.180)
Outros valores e bens	11.	446.723	523.208	577.017	523.223
Bens não de uso próprio		435.478	508.481	565.761	508.481
Despesas antecipadas		11.245	14.727	11.256	14.742
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		6.393.173	3.945.419	6.883.032	4.477.394
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		4.615.752	2.174.684	4.618.227	2.174.684
Carteira própria	6. a)	1.569.631	330.282	1.572.106	330.282
Instrumentos financeiros derivativos	6. b)	1.723.351	1.528.251	1.723.351	1.528.251
Vinculados a compromissos de recompra		325.922	-	325.922	-
Vinculados ao Banco Central		100.852	-	100.852	-
Vinculados à prestação de garantias	6. a)	895.996	316.151	895.996	316.151
Operações de crédito	7.	811.570	828.780	811.570	828.780
Operações de crédito - setor privado		870.643	929.769	870.643	929.769
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	7. g)	(59.073)	(100.989)	(59.073)	(100.989)
Outros créditos		945.804	940.187	1.433.147	1.472.089
Carteira de câmbio	8.	-	115.958	-	115.958
Rendas a receber		19.622	15.991	19.888	16.385
Devedores por depósito em garantia	16. b)	57.783	51.995	60.006	54.116
Diversos	9.	871.944	766.865	1.356.798	1.296.252
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7. g)	(3.545)	(10.622)	(3.545)	(10.622)
Outros valores e bens	11.	20.047	1.768	20.088	1.841
Despesas antecipadas		20.047	1.768	20.088	1.841
PERMANENTE		730.880	818.554	12.687	109.799
Investimentos	10.	718.668	816.946	474	107.802
Participações em coligadas e controladas no exterior	10. a)	-	41.111	-	-
Participações em coligadas e controladas no país	10. (a) (b)	718.194	775.564	-	107.531
Outros investimentos		474	271	474	271
Imobilizado de uso	12.	9.575	1.602	9.575	1.602
Instalações, móveis e equipamentos de uso		21.594	13.327	21.594	14.302
Outras imobilizações de uso		4.360	3.989	4.360	4.424
Depreciações acumuladas		(16.379)	(15.714)	(16.379)	(17.124)
Intangíveis		2.637	6	2.637	395
Gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais		12.290	9.614	12.290	10.003
(-) Amortização acumulada		(9.653)	(9.608)	(9.653)	(9.608)
TOTAL DO ATIVO		10.234.389	9.362.156	10.140.312	9.301.232

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de Reais - R\$)

PASSIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
CIRCULANTE		3.136.573	2.927.180	3.027.578	2.910.173
Depósitos	13.	2.090.129	1.729.651	1.963.618	1.710.367
Depósitos à vista		90.281	88.131	81.081	87.447
Depósitos interfinanceiros		67.049	36.103	67.049	36.103
Depósitos a prazo		1.932.799	1.605.417	1.815.488	1.586.817
Captações no mercado aberto	14.	345.394	358.692	345.394	358.692
Carteira própria		345.394	153.698	345.394	153.698
Carteira de terceiros		-	204.994	-	204.994
Recursos de aceites e emissão de títulos		493.064	480.867	493.064	480.867
Recursos de letras de crédito imobiliário	18. a)	227.945	206.544	227.945	206.544
Recursos de letras de crédito do agronegócio	18. a)	262.645	258.609	262.645	258.609
Recursos de letras financeiras	18. a)	2.474	15.714	2.474	15.714
Relações interfinanceiras		512	210	512	210
Recebimentos e pagamentos a liquidar		254	2	254	2
Correspondentes		258	208	258	208
Relações interdependências		5.885	4.509	5.885	4.509
Recursos em trânsito de terceiros		5.885	4.509	5.885	4.509
Obrigações por empréstimos e repasses	17.	100.974	263.000	100.974	263.000
Empréstimos no exterior		22.516	29.887	22.516	29.887
Repasses do país - instituições oficiais		28.474	53.514	28.474	53.514
Repasses do exterior		49.984	179.599	49.984	179.599
Instrumentos financeiros derivativos	6. b)	39.853	46.143	39.853	46.143
Instrumentos financeiros derivativos		39.853	46.143	39.853	46.143
Outras obrigações		60.762	44.108	78.278	46.385
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		646	1.863	646	1.863
Carteira de câmbio	8.	10.775	7.748	10.775	7.748
Fiscais e previdenciárias	15. a)	13.305	8.594	16.461	10.823
Negociação e intermediação de valores		6.492	5.409	6.492	5.409
Diversas	15. b)	29.544	20.494	43.904	20.542
Outras		29.544	20.494	43.904	20.542
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		6.222.867	5.530.561	6.237.785	5.486.644
Depósitos	13.	3.810.913	3.710.536	3.825.637	3.658.082
Depósitos interfinanceiros		-	55.027	-	55.027
Depósitos a prazo		3.810.913	3.655.509	3.825.637	3.603.055
Recursos de aceites e emissão de títulos		41.313	16.412	41.313	16.412
Recursos de letras de crédito imobiliário	18. a)	32.934	6.681	32.934	6.681
Recursos de letras financeiras	18. a)	8.379	9.731	8.379	9.731
Obrigações por empréstimos e repasses	17.	21.940	50.982	21.940	50.982
Repasses do país - instituições oficiais		21.940	50.982	21.940	50.982
Instrumentos financeiros derivativos	6. b)	2.004.215	1.625.750	2.004.215	1.625.750
Instrumentos financeiros derivativos		2.004.215	1.625.750	2.004.215	1.625.750
Outras obrigações		344.486	126.881	344.680	135.418
Fiscais e previdenciárias	15. a)	177.659	11.209	177.790	11.304
Dívida subordinada	19.	131.457	75.495	131.457	75.495
Diversas	15. b)	35.370	40.177	35.433	48.619
Provisão para passivos contingentes		15.107	13.882	15.107	13.882
Outras		20.263	26.295	20.326	34.737
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		33.894	35.675	33.894	35.675
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20.	841.055	868.740	841.055	868.740
Capital social		1.202.392	1.112.259	1.202.392	1.112.259
De domiciliados no país		1.073.525	983.392	1.073.525	983.392
De domiciliados no exterior		128.867	128.867	128.867	128.867
Ajustes de avaliação patrimonial		(745)	(1.135)	(745)	(1.135)
(-) Ações em tesouraria		-	(39)	-	(39)
Prejuízos acumulados		(360.592)	(242.345)	(360.592)	(242.345)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10.234.389	9.362.156	10.140.312	9.301.232

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	Individual				Consolidado	
		2019		2018		2019	
		2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		335.296	578.840	589.847	335.378	578.953	605.696
Operações de crédito	21.a)	180.774	341.143	343.160	180.774	341.143	343.160
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	21.b)	114.911	183.711	193.742	114.993	183.824	207.297
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.b)	(15.665)	(6.148)	(48.948)	(15.665)	(6.148)	(48.948)
Resultado de operações de câmbio		55.276	60.134	101.893	55.276	60.134	104.187
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(442.151)	(676.906)	(545.900)	(439.220)	(671.685)	(541.601)
Operações de captação no mercado	21.c)	(263.088)	(539.893)	(510.048)	(260.157)	(534.672)	(505.749)
Operações de empréstimos e repasses	21.d)	(30.618)	(44.975)	(115.641)	(30.618)	(44.975)	(115.641)
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	7.g)	(148.445)	(92.038)	79.789	(148.445)	(92.038)	79.789
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(106.855)	(98.066)	43.947	(103.842)	(92.732)	64.095
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(80.882)	(181.978)	(117.868)	(81.866)	(182.956)	(127.358)
Receitas de prestação de serviços	21.e)	16.557	29.974	53.860	21.498	38.500	60.096
Rendas de tarifas bancárias		4.931	6.345	5.974	4.931	6.345	5.973
Despesas de pessoal	21.f)	(43.643)	(82.868)	(97.197)	(43.645)	(82.902)	(97.343)
Outras despesas administrativas	21.g)	(48.160)	(95.059)	(95.569)	(52.575)	(103.235)	(98.976)
Despesas tributárias	21.h)	(3.626)	(13.718)	(5.669)	(9.721)	(27.848)	(9.916)
Resultado de participação em controladas	10.a)	(4.023)	(4.956)	36.422	-	(2.520)	-
Outras receitas operacionais	21.i)	13.090	44.759	34.336	15.392	96.769	74.899
Outras despesas operacionais	21.j)	(16.008)	(66.455)	(50.025)	(17.746)	(108.065)	(62.091)
RESULTADO OPERACIONAL		(187.737)	(280.044)	(73.921)	(185.708)	(275.688)	(63.263)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	21.k)	5.032	19.448	3.739	5.032	19.448	3.739
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(182.705)	(260.596)	(70.182)	(180.676)	(256.240)	(59.524)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22.	154.902	166.402	29.238	152.874	162.052	18.589
Provisão para imposto de renda corrente		7.825	(7.025)	(416)	6.517	(10.629)	(7.892)
Provisão para contribuição social corrente		4.793	(4.390)	(398)	4.243	(6.151)	(3.476)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		142.284	177.817	30.052	142.114	178.832	29.957
PARTICIPAÇÕES NO RESULTADO	25.	(19.765)	(24.014)	(18.762)	(19.766)	(24.020)	(18.771)
PREJUÍZO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO		(47.568)	(118.208)	(59.706)	(47.568)	(118.208)	(59.706)
QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO		148.157.764	148.157.764	121.168.284	148.157.764	148.157.764	121.168.284
PREJUÍZO POR AÇÃO - R\$		(0,32106)	(0,79785)	(0,49275)	(0,32106)	(0,79785)	(0,49275)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018**

(Em milhares de Reais - R\$)

	Individual e Consolidado	
	2019	2018
Prejuízo do exercício	(118.208)	(59.706)
Outros ajustes abrangentes	390	13.386
Ativos financeiros disponíveis para venda	(4.894)	27.292
Hedges de fluxo de caixa	(7)	59
Imposto de renda e contribuição social	(81)	(11.170)
Outros ⁽¹⁾	5.372	(2.795)
Prejuízo abrangente do exercício	(117.818)	(46.320)

⁽¹⁾ Refere-se ao diferimento de ações, conforme Resolução CMN n° 3.921 de 25/11/2010.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO PINE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Capital Social Realizado	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017		1.112.259	(14.521)	(18.876)	(170.411)	908.451
Venda/Aquisição de ações em tesouraria	20.d)	-	-	18.837	(12.228)	6.609
MTM de títulos disponíveis para venda	20.e)	-	15.383	-	-	15.383
MTM Hedge de fluxo de caixa	20.e)	-	(126)	-	-	(126)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	20.e)	-	(1.871)	-	-	(1.871)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(59.706)	(59.706)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		1.112.259	(1.135)	(39)	(242.345)	868.740
Aumento de Capital	20.a)	90.133	-	-	-	90.133
Venda/Aquisição de ações em tesouraria	20.d)	-	-	39	(39)	-
MTM de títulos disponíveis para venda	20.e)	-	(3.065)	-	-	(3.065)
MTM Hedge de fluxo de caixa	20.e)	-	(4)	-	-	(4)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	20.e)	-	3.459	-	-	3.459
Prejuízo do exercício		-	-	-	(118.208)	(118.208)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.202.392	(745)	-	(360.592)	841.055
Saldos em 30 de junho de 2019		1.112.259	8.403	(7)	(313.017)	807.638
Aumento de Capital	20.a)	90.133	-	-	-	90.133
Venda/Aquisição de ações em tesouraria	20.d)	-	-	7	(7)	-
MTM de títulos disponíveis para venda	20.e)	-	(10.758)	-	-	(10.758)
MTM Hedge de fluxo de caixa	20.e)	-	(1)	-	-	(1)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	20.e)	-	1.611	-	-	1.611
Prejuízo do semestre		-	-	-	(47.568)	(47.568)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.202.392	(745)	-	(360.592)	841.055

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

	Individual		Individual		Consolidado	
	2019		2018		2019	
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas	210.453	520.873	717.520	216.040	539.912	768.101
Intermediação financeira	335.296	578.840	589.847	335.378	578.953	605.696
Receitas de prestação de serviços	16.557	29.974	53.860	21.498	38.500	60.096
Rendas de tarifas bancárias	4.931	6.345	5.974	4.931	6.345	5.973
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	(148.445)	(92.038)	79.789	(148.445)	(92.038)	79.789
Outras	2.114	(2.248)	(11.950)	2.678	8.152	16.547
Despesas de intermediação financeira	293.706	584.868	625.689	290.775	579.647	621.390
Insumos adquiridos de terceiros	40.317	79.374	84.222	44.732	87.550	87.625
Materiais, energias e outros	370	910	616	370	910	616
Serviços de terceiros	25.062	49.620	57.892	26.718	52.462	58.653
Outros	14.885	28.844	25.714	17.644	34.178	28.356
Valor adicionado/(consumido) bruto	(123.570)	(143.369)	7.609	(119.467)	(127.285)	59.086
Depreciação e amortização	611	990	688	611	990	692
Valor adicionado/(consumido) líquido produzido pela entidade	(124.181)	(144.359)	6.921	(120.078)	(128.275)	58.394
Valor adicionado recebido em transferência	(4.023)	(4.956)	36.422	-	(2.520)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(4.023)	(4.956)	36.422	-	(2.520)	-
Valor adicionado/(consumido) total a distribuir	(128.204)	(149.315)	43.343	(120.078)	(130.795)	58.394
Distribuição do valor adicionado/(consumido)	(128.204)	(149.315)	43.343	(120.078)	(130.795)	58.394
Remuneração do trabalho	63.407	106.882	115.959	63.410	106.922	116.114
Proventos	28.038	53.526	64.752	28.037	53.544	64.838
Benefícios, treinamento	6.560	11.790	12.035	6.563	11.806	12.074
Encargos sociais	9.044	17.552	20.410	9.044	17.552	20.431
Participação nos lucros	19.765	24.014	18.762	19.766	24.020	18.771
Remuneração de governos	(151.276)	(152.684)	(23.569)	(143.153)	(134.204)	(8.673)
Federais	2.399	11.265	2.174	2.705	14.678	5.845
Estaduais	1	1	1	24	24	299
Municipais	1.226	2.452	3.494	6.992	13.146	3.772
Imposto de renda e contribuição social	(154.902)	(166.402)	(29.238)	(152.874)	(162.052)	(18.589)
Remuneração de capitais de terceiros	7.233	14.695	10.659	7.233	14.695	10.659
Aluguéis e arrendamento de bens	7.233	14.695	10.659	7.233	14.695	10.659
Remuneração de capitais próprios	(47.568)	(118.208)	(59.706)	(47.568)	(118.208)	(59.706)
Juros sobre o capital próprio/dividendos	-	-	-	-	-	-
Prejuízos retidos	(47.568)	(118.208)	(59.706)	(47.568)	(118.208)	(59.706)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Individual			Consolidado		
		2019		2018	2019		2018
		2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
ATIVIDADES OPERACIONAIS							
Prejuízo ajustado		(42.977)	(202.577)	(234.701)	(46.830)	(206.028)	(198.180)
Prejuízo do semestre/exercício		(47.568)	(118.208)	(59.706)	(47.568)	(118.208)	(59.706)
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(5.222)	(3.876)	(21.601)	(5.222)	(3.876)	(21.601)
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		148.445	92.038	(79.789)	148.445	92.038	(79.789)
Impostos diferidos		(142.284)	(177.817)	(30.052)	(142.114)	(178.832)	(29.957)
Depreciação e amortização		611	990	688	611	990	692
Provisão para contingências		(567)	500	(2.005)	(567)	500	(2.005)
Provisão para garantias financeiras prestadas		(415)	(1.160)	(5.788)	(415)	(1.160)	(5.788)
Resultado de participação em controladas		4.023	4.956	(36.422)	-	2.520	-
Prejuízo (lucro) na alienação de imobilizado / investimento		-	-	(26)	-	-	(26)
Varição de ativos e passivos		(288.576)	(1.250.035)	487.164	(285.272)	(1.300.306)	431.058
(Aumento) Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez		314.000	662	214.496	314.000	662	214.496
(Aumento) Redução de títulos e valores mobiliários		(131.065)	(1.247.283)	(251.224)	(131.130)	(1.174.672)	(225.603)
(Aumento) Redução de operações de crédito		(315.818)	(490.392)	745.603	(315.818)	(490.392)	745.603
(Aumento) Redução de outros créditos		110.095	(300.496)	(185.672)	109.058	(259.977)	(250.231)
(Aumento) Redução de outros valores e bens		68.681	58.207	(230.096)	68.758	(72.041)	(230.120)
(Aumento) Redução de relações interfinanceiras e interdependências		1.608	669	(2.537)	1.608	669	(2.537)
(Aumento) Redução de instrumentos financeiros derivativos		61.956	257.836	(16.281)	61.956	257.836	(16.281)
Aumento (Redução) de depósitos		(241.607)	460.855	1.473.638	(240.367)	420.806	1.467.845
Aumento (Redução) de operações compromissadas		(80.531)	(13.298)	(39.311)	(80.531)	(13.298)	(39.311)
Aumento (Redução) de recursos de aceites e emissões de títulos		214.506	37.098	(743.376)	214.506	37.098	(743.376)
Aumento (Redução) de obrigações por empréstimos e repasses		(111.313)	(191.068)	(436.960)	(111.313)	(191.068)	(436.960)
Aumento (Redução) de outras obrigações		(192.280)	178.956	13.495	(189.191)	185.852	2.144
Aumento (Redução) de resultado de exercícios futuros		13.192	(1.781)	(54.611)	13.192	(1.781)	(54.611)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades operacionais		(331.553)	(1.452.612)	252.463	(332.102)	(1.506.334)	232.878
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO							
Aquisição / Alienação de imobilizado de uso		(2.294)	(8.918)	56	(2,294)	(8,918)	112
Aquisição / Alienação de intangível		(2,676)	(2,676)	-	(2,676)	(2,287)	(57)
Aumento de capital em controladas		-	(18,209)	(59,397)	-	-	-
(Aquisição) / Alienação de investimentos em coligadas, controladas e outros		(100)	(202)	(436)	(100)	(202)	(271)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de investimento		(5.070)	(30.005)	(59.777)	(5.070)	(11.407)	(216)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO							
Aumento de capital		90.133	90.133	-	90.133	90.133	-
Aquisição/venda de ações em tesouraria		-	-	6.609	-	-	6.609
Juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos		-	4.200	-	-	-	-
Aumento (Redução) em obrigações por dívida subordinada		5.642	55.962	34.478	5.642	55.962	34.478
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de financiamento		95.775	150.295	41.087	95.775	146.095	41.087
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA							
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	4.	320.194	1.413.014	1.157.640	321.743	1.453.338	1.157.988
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		5.222	3.876	21.601	5.222	3.876	21.601
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	4.	84.568	84.568	1.413.014	85.568	85.568	1.453.338

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pine S.A. ("Pine") está autorizado a operar as carteiras comerciais, de investimentos, crédito, financiamento e de câmbio.

As operações do Pine são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente, e certas operações tem a co-participação ou a intermediação de instituições controladas, integrantes do Conglomerado Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estão sendo apresentadas as Demonstrações Financeiras do Pine, que inclui sua Agência de Grand Cayman (Individual) e as informações financeiras consolidadas do Pine e Controladas (Consolidado).

As Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Pine e inclusive de sua dependência no Exterior. Exceto quando indicado, as informações financeiras expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/06, informamos que foi aprovada, em 12 de fevereiro de 2020, as Demonstrações Financeiras, Individuais e Consolidadas, de 31 de dezembro de 2019, pelo Conselho de Administração do Pine, dentre outras providências.

As Demonstrações Financeiras consolidadas contemplam as operações do Banco Pine S.A., sua dependência no exterior, suas controladas diretas e indiretas e entidades de propósito específico apresentadas a seguir:

	Atividade	Participação % no capital total em	
		2019	2018
Dependências no exterior			
Agência Grand Cayman ⁽¹⁾	Dependência no exterior	100,0000	100,0000
Subsidiárias			
Pine Securities USA LLC ⁽²⁾	Corretora	100,0000	100,0000
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda	DTVM	99,9998	99,9998
Pine Assessoria e Consultoria Ltda	Consultoria	99,9998	99,9998
Pine Planejamento e Serviços Ltda	Consultoria	99,9900	99,9900
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda	SPE	99,9999	99,9999
Pine Corretora de Seguros Ltda	Corretora	99,9990	99,9990
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	SPE	99,9900	99,9900
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda	SPE	99,9900	99,9900

⁽¹⁾ Em 11 de janeiro de 2019, ocorreu a redução de Capital da dependência no exterior - Agência Grand Cayman no valor equivalente a USD 52.000.

⁽²⁾ A Pine Securities USA LLC encerrou as atividades em 11 de janeiro de 2019.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras do Pine são elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen e das sociedades por ações e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

Resolução CMN nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1)
 Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
 Resolução CMN nº 4.524/16 – CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis
 Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
 Resolução CMN nº 4.534/16 – CPC 04 (R1) - Ativo Intangível
 Resolução CMN nº 3.750/09 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas
 Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações
 Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
 Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 - Evento Subsequente
 Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
 Resolução CMN nº 4.535/16 – CPC 27 - Ativo Imobilizado
 Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados

As principais práticas contábeis utilizadas são as seguintes:

a) Consolidação

Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, os saldos e os resultados das transações entre o Pine e suas subsidiárias e entidades de propósito específico foram eliminados.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério *pro rata temporis*, substancialmente com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Pine para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

(-) Amortização acumulada

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários do Pine são classificados nas categorias "títulos para negociação", "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento".

Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os títulos classificados na categoria "títulos disponíveis para venda" são aqueles para os quais a Administração não tem intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e são ajustados pelo valor de mercado, sendo esses ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", deduzidos dos efeitos tributários.

Os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são aqueles para os quais a Administração tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Esses títulos são registrados pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos. O ágio e deságio, quando aplicável, são apropriados ao resultado em função dos prazos de vigência dos títulos.

Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento.

O valor justo dos títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado, que não são negociados em mercados ativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Pine usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço e nas condições de crédito dos emissores. O Pine utiliza a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo do valor justo desses ativos financeiros disponíveis para venda.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular Bacen nº 3.082/02, e a Carta-Circular Bacen nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações com opções, a termo, futuros e *swaps* são contabilizados obedecendo aos seguintes critérios:

- Operações com opções: Os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não-exercício;
- Operações de futuro: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta do ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;
- Operações de *swap*: os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados como receita ou despesa *pro rata dia* até a data do balanço;
- Operações a termo: pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

Hedge de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período;

Hedge de fluxo de caixa - os ativos e passivos financeiros objeto de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial". A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecidos pelo Bacen, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

g) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução do CMN nº 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015), dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais pelas instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que tratam a Resolução incluem:

- Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001;
- Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e
- Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 3.464, de 26 de junho de 2007.

De acordo com esta Resolução, o Pine passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o *spread* de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

h) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

O Pine classifica sua carteira de crédito por rating que varia de AA à H, considerando premissas internas alinhadas com a Resolução CMN nº 2.682/99. Essas premissas representam julgamentos e levam em consideração, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores e os níveis de inadimplência. Baseado nesses critérios a provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração. Entretanto, por se tratar de julgamentos aplicados, a provisão para créditos de liquidação duvidosa demonstrada na Nota 7.d poderá divergir da perda futura a ser incorrida.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas no momento da renegociação.

As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra prejuízo e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, sendo que os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na nota explicativa nº 7.

i) Baixa de ativos financeiros

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, a baixa de um ativo financeiro se dá quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro.

A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

· Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer;

· Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de *swap* de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC); e

· Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa segue os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 do Bacen.

j) Outros valores e bens

Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis recebidos em dação de pagamento. Os bens não de uso próprio são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

k) Despesas antecipadas

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de "Despesas antecipadas". A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos e registrada na rubrica "Outras despesas administrativas".

l) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

m) Permanente

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- A participação em controladas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial;
- A participação em não controladas é avaliada pelo método de custo;
- Os bens do Ativo Imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade;
- A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens;
- O Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

n) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

o) Operações compromissadas

Compra (venda) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) a preço fixo são reconhecidas no Balanço Patrimonial como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob as rubricas "Aplicações interfinanceiras de liquidez" e "Captações no mercado aberto".

p) Outros passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

q) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, e Carta-Circular Bacen nº 3.429/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma:

· Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

· Contingências passivas: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a probabilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação. As ações que julgamos como possíveis a probabilidade de perda não são provisionadas, havendo apenas a divulgação das ações relevantes e, para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação. Os processos são avaliados de forma recorrente e a probabilidade de perda envolve elevado nível de julgamento, entre eles a perda histórica, incluindo quando necessário, o apoio de assessores jurídicos;

· Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente;

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Pine, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

r) Resultados de exercícios futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente relacionados à garantias e fianças prestadas. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

s) Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda - 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$240 (no exercício), e contribuição social - 15%.

Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, de 15% para 20% sobre os lucros tributáveis gerados no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018 e 15% a partir de 01 de janeiro de 2019, em relação às instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I ao VII, IX e X do § 1º do art 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

A alíquota da CSLL, para bancos de qualquer espécie, foi elevado de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre o prejuízo fiscal, base negativa e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota explicativa 9.b, está baseada em projeções de resultados para os próximos 10 anos e fundamentada em estudo técnico que inclui julgamentos e premissas.

t) Participações no resultado

O Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados atrelado e homologado pelo PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Formação de fundo para distribuição em todos os níveis da organização; e (c) Avaliação de competências e cumprimento de metas nas áreas de apoio. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações no resultado" pelo período de competência.

u) Lucro Líquido/Prejuízo por ação

É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital social integralizado na data das Demonstrações Financeiras.

v) Garantias Financeiras Prestadas

A Resolução CMN n° 4.512 de 28 de julho de 2016 e a Carta-Circular Bacen n° 3.782 de 19 de setembro de 2016 estabeleceram procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, na adequada conta do passivo, tendo como contrapartida o resultado do período. As perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão é suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente.

x) Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações, tais como valor de mercado de ativos e derivativos e provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa; determinação de prazo para realização dos créditos tributários; constituição e reversão de provisões para passivos contingentes, entre outras. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Individual		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Disponibilidades	82.328	188.215	83.328	228.539
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	2.240	1.224.799	2.240	1.224.799
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	84.568	1.413.014	85.568	1.453.338

⁽¹⁾ Refere-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações interfinanceiras de liquidez, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, estão compostas como segue:

Papéis/Vencimento	Individual e Consolidado					
	2019			2018		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Aplicações em operações compromissadas						
LTN	2.000	-	2.000	187.608	-	187.608
LFT	240	-	240	1.037.191	-	1.037.191
Total de aplicações em operações compromissadas	2.240	-	2.240	1.224.799	-	1.224.799
Aplicações em depósitos interfinanceiros						
Depósito vinculados ao crédito Rural	35.352	-	35.352	36.014	-	36.014
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros	35.352	-	35.352	36.014	-	36.014
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	37.592	-	37.592	1.260.813	-	1.260.813

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
a) Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, estão compostas como segue:

Papel/Vencimento	2019						Individual
	Valores atualizados pelo mercado						2019
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de curva
Títulos disponíveis para venda:							
LFT	-	-	-	349.505	805.465	1.154.970	1.154.518
LTN	-	-	-	163.065	-	163.065	165.182
NTN	-	-	414.330	81.221	289.041	784.592	784.887
Debêntures ⁽¹⁾	-	16.584	16.875	32.706	91.286	157.451	154.025
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	2.034	2.034	939
Total de títulos disponíveis para venda	-	16.584	431.205	626.497	1.187.826	2.262.112	2.259.551
Títulos para negociação ⁽²⁾:							
NTN	-	-	1.103	8.234	359	9.696	8.763
LFT	-	-	-	-	637.177	637.177	637.143
Ações de companhias abertas	1.434	-	-	-	-	1.434	1.370
Total de títulos para negociação	1.434	-	1.103	8.234	637.536	648.307	647.276
Total de Títulos	1.434	16.584	432.308	634.731	1.825.362	2.910.419	2.906.827

Papel/Vencimento	2019						Consolidado
	Valores atualizados pelo mercado						2019
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de curva
Títulos disponíveis para venda:							
LFT	-	-	-	349.505	805.465	1.154.970	1.154.518
LTN	-	-	-	163.065	-	163.065	165.182
NTN	-	-	414.330	81.221	289.041	784.592	784.887
Debêntures ⁽¹⁾	-	16.584	16.875	32.706	91.286	157.451	154.025
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	4.509	4.509	939
Total de títulos disponíveis para venda	-	16.584	431.205	626.497	1.190.301	2.264.587	2.259.551
Títulos para negociação ⁽²⁾:							
NTN	-	-	1.103	8.234	359	9.696	8.763
LFT	-	-	-	-	637.177	637.177	637.143
Ações de companhias abertas	1.434	-	-	-	-	1.434	1.434
Total de títulos para negociação	1.434	-	1.103	8.234	637.536	648.307	647.340
Total de Títulos	1.434	16.584	432.308	634.731	1.827.837	2.912.894	2.906.891

Papel/Vencimento	2018						Individual
	Valores atualizados pelo mercado						2018
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de curva
Títulos disponíveis para venda:							
LFT	11.511	-	-	280.389	-	291.900	291.696
LTN	-	-	187.584	39.574	-	227.158	225.904
NTN	-	-	-	157.284	-	157.284	153.985
Cédula de Produto Rural	-	5.664	-	-	-	5.664	5.664
Debêntures ⁽¹⁾	-	19.944	10.927	31.979	82.764	145.614	143.269
Nota Promissória	1.504	1.463	4.226	-	-	7.193	7.688
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	2.183	2.183	1.334
Ações de companhias abertas	-	-	-	-	-	-	-
Total de títulos disponíveis para venda	13.015	27.071	202.737	509.226	84.947	836.996	829.540
Títulos para negociação ⁽²⁾:							
LTN	236	-	-	-	-	236	236
NTN	-	161	1.095	3	7.641	8.900	8.712
LFT	-	-	-	-	709.020	709.020	708.908
Ações de companhias abertas	63	-	-	-	-	63	63
Total de títulos para negociação	299	161	1.095	3	716.661	718.219	717.919
Total de Títulos	13.314	27.232	203.832	509.229	801.608	1.555.215	1.547.459

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Papel/Vencimento	Consolidado						Valor de curva
	2018						
	Valores atualizados pelo mercado						
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	
Títulos disponíveis para venda:							
LFT	11.511	-	-	280.389	-	291.900	291.696
LTN	-	-	187.584	39.574	-	227.158	225.904
NTN	-	-	-	157.284	-	157.284	153.985
Cédula de Produto Rural	-	5.664	-	-	-	5.664	5.664
Debêntures ⁽¹⁾	-	19.944	86.013	31.979	82.764	220.700	218.355
Nota Promissória	1.504	1.463	4.226	-	-	7.193	7.688
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	2.183	2.183	1.334
Total de títulos disponíveis para venda	13.015	27.071	277.823	509.226	84.947	912.082	904.626
Títulos para negociação ⁽²⁾:							
LTN	236	-	-	-	-	236	236
NTN	-	161	1.095	3	7.641	8.900	8.712
LFT	-	-	-	-	709.020	709.020	708.908
Ações de companhias abertas	63	-	-	-	-	63	63
Total de títulos para negociação	299	161	1.095	3	716.661	718.219	717.919
Total de Títulos	13.314	27.232	278.918	509.229	801.608	1.630.301	1.622.545

⁽¹⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as condições e expectativas consideradas na avaliação de certos títulos disponíveis para venda não se concretizaram, em consequência, o montante de R\$ 39.601 foi reconhecido no resultado, na conta de Resultado de Operações com Títulos de Valores Mobiliários.

⁽²⁾ Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão demonstrados pelo prazo do papel.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 não havia títulos na categoria "mantidos até o vencimento".

Conforme estabelecido no artigo 5º da Circular Bacen nº 3.068/08, a reavaliação quanto à classificação de títulos e valores mobiliários só pode ser efetuada por ocasião dos balancetes semestrais. Não houve reclassificação de categoria no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários registrados na categoria "disponíveis para venda" e "para negociação" foi apurado com base em preços e taxas praticados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão e pelas Agências Internacionais de Informações, quando disponíveis ou por metodologia própria que considera a utilização mais ampla possível de dados observáveis. Em 31 de dezembro de 2019 a marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "disponíveis para venda" possui um ajuste positivo acumulado no montante de R\$ 1.409 registrados no patrimônio líquido do Pine Individual e no Consolidado Líquidos dos efeitos tributários (ajuste positivo acumulado de R\$ 4.474 no Individual e Consolidado em 31 de dezembro de 2018). A marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "para negociação" resultou em um ajuste positivo no montante de R\$ 965 no Individual e no Consolidado (ajuste positivo no montante de R\$ 300 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro 2018) no resultado.

b) Instrumentos financeiros derivativos
i) Política de utilização

O crescente nível de sofisticação das empresas em um mercado globalizado, ocasionou um aumento na demanda por instrumentos financeiros derivativos para administrar riscos de mercado dos seus balanços, resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio, *commodities* e demais preços de ativos. Desta forma, o Pine oferece alternativas de mitigação de riscos de mercado aos seus clientes, através de instrumentos adequados, bem como para atender às suas próprias necessidades no gerenciamento destes riscos.

ii) Gerenciamento

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Liquidez e Cenários de stress. Com base nessas informações, a tesouraria providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política de riscos de mercado e liquidez previamente definidas pela Administração. As operações de derivativos efetuadas pelo Pine junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites também leva em consideração potenciais cenários de stress.

O conhecimento do cliente, do setor em que atua e do seu perfil de apetite a riscos, assim como a prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de *swap*, termos, opções e futuros, registradas na B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, *swap* com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres. Importante destacar que no exterior existem operações de balcão, mas seus riscos são baixos em relação ao total da instituição.

Como principais fatores de riscos de mercado monitorados pelo Pine, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local (Pré, TR, IGP-M, TJLP, IPCA), cupom cambial e *commodities*. O Pine vem atuando de forma conservadora, minimizando as exposições por fatores de risco bem como os descasamentos de prazo da carteira.

iii) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Pine utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, Intercontinental Exchange - ICE e Bloomberg. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e títulos pouco líquidos.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

iv) Valores registrados em contas patrimoniais e de compensação, segregados nas categorias indexador, contraparte, local de negociação, valores de referência, faixas de vencimento, valores de custo e de mercado

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

Instrumentos financeiros derivativos	Individual e Consolidado					
	2019			2018		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
ATIVO						
Swap - diferencial a receber	9.479	1.722.480	1.731.959	51.528	1.524.304	1.575.832
Contratos a termo - a receber	40.874	871	41.745	63.873	3.729	67.602
Prêmios de opções a exercer	-	-	-	15.713	218	15.931
Total a receber	50.353	1.723.351	1.773.704	131.114	1.528.251	1.659.365
PASSIVO						
Swap - diferencial a pagar	(7.049)	(2.002.958)	(2.010.007)	(10.943)	(1.623.825)	(1.634.768)
Contratos a termo - a pagar	(32.575)	(1.257)	(33.832)	(21.024)	(1.488)	(22.512)
Prêmios de opções lançadas	(229)	-	(229)	(14.176)	(437)	(14.613)
Total a pagar	(39.853)	(2.004.215)	(2.044.068)	(46.143)	(1.625.750)	(1.671.893)
Valor líquido	10.500	(280.864)	(270.364)	84.971	(97.499)	(12.528)

v) Instrumentos financeiros derivativos por indexador

	Individual e Consolidado							
	2019				2018			
	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado / Patrimônio líquido	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado / Patrimônio líquido
Swap								
Risco de mercado								
Posição ativa:	4.458.992	1.716.610	-	-	3.160.932	1.512.540	-	-
Juros	4.351.815	1.672.357	-	-	3.024.340	1.462.116	-	-
Moeda	107.177	44.253	-	-	136.592	50.424	-	-
Posição passiva:	4.458.992	-	(2.010.007)	-	3.160.932	-	(1.634.768)	-
Juros	4.313.005	-	(2.002.635)	-	3.003.226	-	(1.618.710)	-
Moeda	145.987	-	(7.372)	-	157.706	-	(16.058)	-
Moeda		1.716.610	(2.010.007)	(82.742)		1.512.540	(1.634.768)	(20.010)
Hedge Accounting								
Fluxo de Caixa⁽¹⁾								
Posição ativa:	34.092	15.349	-	-	111.904	63.292	-	-
Juros	10.536	3.309	-	-	82.459	50.076	-	-
Moeda	23.556	12.040	-	-	29.445	13.216	-	-
Posição passiva:	34.091	-	-	-	111.904	-	-	-
Juros	34.091	-	-	-	111.904	-	-	-
Valor líquido		15.349	-	(4.125)		63.292	-	21.491
Valor líquido de Swap		1.731.959	(2.010.007)	(86.867)		1.575.832	(1.634.768)	1.481
Contratos a termo								
Posição ativa:	2.485.686	41.745	-	-	3.329.839	67.602	-	-
Juros	630.670	16.276	-	-	1.485.662	12.003	-	-
Moeda	1.846.608	24.908	-	-	1.844.177	55.599	-	-
Commodities	8.408	561	-	-	-	-	-	-
Posição passiva:	2.485.686	-	(33.832)	-	3.329.839	-	(22.512)	-
Juros	1.855.016	-	(32.772)	-	1.903.504	-	(13.962)	-
Moeda	630.670	-	(1.060)	-	1.419.662	-	(8.550)	-
Commodities	-	-	-	-	6.673	-	-	-
Valor líquido		41.745	(33.832)	(25.048)		67.602	(22.512)	114.892
Opções								
Prêmios de opções a exercer:	-	-	-	-	505.140	15.931	-	-
Juros	-	-	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	500.715	15.651	-	-
Commodities	-	-	-	-	4.425	280	-	-
Prêmios de opções lançadas:	21.000	-	(229)	-	473.715	-	(14.613)	-
Juros	-	-	-	-	-	-	-	-
Moeda	21.000	-	(229)	-	469.290	-	(13.986)	-
Commodities	-	-	-	-	4.425	-	(627)	-
Valor líquido		-	(229)	12.238		15.931	(14.613)	(2.218)
Total a receber (pagar) e ganho (perda)		1.773.704	(2.044.068)	(99.677)		1.659.365	(1.671.893)	114.155

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$ 3.144 negativo (R\$5.102 negativo em 31 de dezembro de 2018) refere-se ao MTM do hedge fluxo de caixa reconhecido no Patrimônio Líquido.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

vi) Instrumentos financeiros derivativos - contratos de futuros

	Individual e Consolidado							
	2019				2018			
	Valor de Referência		Ajuste diário a receber (pagar)	Resultado	Valor de Referência		Ajuste diário a receber (pagar)	Resultado
	Compra	Venda			Compra	Venda		
Mercado interfinanceiro	1.528.686	1.563.965	1.789		1.228.785	202.471	375	
Moeda	-	1.755.340	10.853		449.816	1.296.808	3.043	
Mercadoria	-	-	-		12.294	9.663	-	
Cupom cambial futuro	943.800	945.460	277		886.862	889.381	(788)	
Commodities	-	8.787	-		-	-	-	
Total	2.472.486	4.273.552	12.919	90.385	2.577.757	2.398.323	2.630	(168.205)

vii) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

Valor de referência - Compensação	Individual e Consolidado					
	2019					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Swap	101.527	92.418	48.583	79.611	4.170.945	4.493.084
Contratos a termo	1.595.159	811.256	79.271	-	-	2.485.686
Opções	-	21.000	-	-	-	21.000
Futuros	4.645.023	1.284.197	297.885	78.192	440.741	6.746.038
Total	6.341.709	2.208.871	425.739	157.803	4.611.686	13.745.808

Valor de referência - Compensação	Individual e Consolidado					
	2018					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Swap	51.093	201.741	93.519	118.347	2.808.136	3.272.836
Contratos a termo	2.549.635	681.227	98.977	-	-	3.329.839
Opções	92.075	880.586	6.194	-	-	978.855
Futuros	3.326.528	977.417	369.195	100.158	202.782	4.976.080
Total	6.019.331	2.740.971	567.885	218.505	3.010.918	12.557.610

viii) Instrumentos financeiros derivativos por local de negociação

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as operações de swap, contratos a termo e opções, cujo valores de referência encontram-se registrados em conta de compensação, estão compostas como segue:

Custodiante	Individual e Consolidado							
	2019				2018			
	Swaps	Contratos a termo	Opções	Futuros	Swaps	Contratos a termo	Opções	Futuros
Bolsa	-	-	21.000	6.746.038	-	-	843.500	4.976.080
B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão	-	-	21.000	6.728.158	-	-	843.500	4.917.852
Bolsas no exterior	-	-	-	17.880	-	-	-	58.228
Balcão	4.493.084	2.485.686	-	-	3.272.836	3.329.839	135.355	-
Instituições Financeiras	2.799.377	-	-	-	164.406	-	-	-
Empresas	1.693.707	2.485.686	-	-	3.108.430	3.329.839	135.355	-
Total	4.493.084	2.485.686	21.000	6.746.038	3.272.836	3.329.839	978.855	4.976.080

ix) Valor e tipo de margem dados em garantia

O montante de margem depositado em garantia para operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 tem a seguinte composição:

Título	Individual e Consolidado	
	Valor de mercado	
	2019	2018
LFT - Letra financeira do tesouro	572.731	623.307
LTN - Letra do tesouro nacional	-	34.234
NTN - Nota do tesouro nacional	24.116	-
Total	596.847	657.541

x) Hedge Accounting
x.a) Hedge de Fluxo de Caixa

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082, de 30/01/2002.

O objetivo do relacionamento deste *hedge* é reduzir as exposições da captação em moeda estrangeira e em taxas de juros (*Libor*, Cupom de UF e UF), e transformá-la em moeda nacional com taxa de juros pré fixada, protegendo os fluxos de caixa de pagamento de juros da dívida (USD e CLP) e tornando o fluxo de caixa constante.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi lançado ao patrimônio líquido no valor de R\$3.197 (R\$5.102 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018), decorrentes de marcação a mercado de instrumentos de *hedge* (*swaps*) em operações de *hedge accounting* de fluxo de caixa, e no valor de R\$3.149 (R\$5.113 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018), decorrentes de marcação a mercado do objeto do *hedge*. Não houve parcela inefetiva nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

Instrumento de Hedge	Individual e Consolidado			
	2019			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Contratos de <i>swap</i> (ponta ativa)	39.143	63.751	60.553	(3.197)
Total	39.143	63.751	60.553	(3.197)
Objeto de Hedge				
Repasses do exterior	39.143	53.044	49.895	3.149
Total	39.143	53.044	49.895	3.149

Instrumento de Hedge	Individual e Consolidado			
	2018			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Contratos de <i>swap</i> (ponta ativa)	111.904	184.545	179.443	(5.102)
Total	111.904	184.545	179.443	(5.102)
Objeto de Hedge				
Repasses do exterior	111.904	184.594	179.481	5.113
Total	111.904	184.594	179.481	5.113

7. CARTEIRA DE CRÉDITO, GARANTIAS PRESTADAS E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO

As informações da carteira de operações de crédito expandida, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, estão assim sumarizadas:

a) Por tipo de operação:

Descrição	Individual		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Capital de giro	1.796.287	1.638.287	1.796.287	1.638.287
Resolução CMN nº 3.844	45.018	55.515	45.018	55.515
Conta corrente garantida	103.413	75.656	103.413	75.656
Repasses de instituições oficiais do Brasil	41.761	71.842	41.761	71.842
Financiamento em moeda estrangeira	9.308	47.446	9.308	47.446
Financiamentos a exportação	446.149	534.586	446.149	534.586
Títulos descontados	564.984	124.461	564.984	124.461
Subtotal de operações de crédito	3.006.920	2.547.793	3.006.920	2.547.793
Devedores por compra de valores e bens ⁽¹⁾	258.045	293.817	258.045	293.817
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber ⁽²⁾	242.083	154.999	242.083	154.999
Avais e Fianças Honradas	-	8.710	-	8.710
Carteira de crédito	3.507.048	3.005.319	3.507.048	3.005.319
Créditos abertos para importação	12.126	1.462	12.126	1.462
Garantias prestadas	629.316	863.277	629.316	863.277
Garantias prestadas e responsabilidades	641.442	864.739	641.442	864.739
Títulos Privados ⁽³⁾	159.486	160.655	159.486	235.741
Títulos com risco de crédito	159.486	160.655	159.486	235.741
Total carteira expandida	4.307.976	4.030.713	4.307.976	4.105.799

⁽¹⁾ Registrados em "Outros créditos - Diversos" (nota 9a).

⁽²⁾ Registrados em "carteira de câmbio" (nota 8).

⁽³⁾ Representados, na sua maioria, por debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis, compostos na carteira do Pine (nota 6a).

b) Por vencimento:

Prazo	2019			Individual		
	2019			2018		
	A vencer	Vencidos	Total	A vencer	Vencidos	Total
Até 3 meses	869.114	100.948	970.062	549.217	105.502	654.719
De 3 a 12 meses	1.384.888	87.001	1.471.889	1.182.581	28.005	1.210.586
De 1 a 3 anos	762.296	-	762.296	923.558	-	923.558
De 3 a 5 anos	157.332	-	157.332	101.584	-	101.584
De 5 a 15 anos	145.469	-	145.469	114.872	-	114.872
Total carteira de crédito	3.319.099	187.949	3.507.048	2.871.812	133.507	3.005.319
Até 3 meses	133.090	1.590	134.680	150.030	-	150.030
De 3 a 12 meses	86.047	-	86.047	278.689	-	278.689
De 1 a 3 anos	209.621	-	209.621	180.726	-	180.726
De 3 a 5 anos	203.795	-	203.795	248.420	-	248.420
De 5 a 15 anos	7.299	-	7.299	6.874	-	6.874
Total garantias prestadas e responsabilidades	639.852	1.590	641.442	864.739	-	864.739
Até 3 meses	-	-	-	1.504	-	1.504
De 3 a 12 meses	16.584	-	16.584	27.072	-	27.072
De 1 a 3 anos	16.875	-	16.875	15.153	-	15.153
De 3 a 5 anos	32.706	-	32.706	31.979	-	31.979
De 5 a 15 anos	70.918	-	70.918	84.947	-	84.947
Acima de 15 anos	22.403	-	22.403	-	-	-
Total títulos com risco de crédito	159.486	-	159.486	160.655	-	160.655
Total carteira expandida	4.118.437	189.539	4.307.976	3.897.206	133.507	4.030.713

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Prazo	Consolidado					
	2019			2018		
	A vencer	Vencidos	Total	A vencer	Vencidos	Total
Até 3 meses	869.114	100.948	970.062	549.217	105.502	654.719
De 3 a 12 meses	1.384.888	87.001	1.471.889	1.182.581	28.005	1.210.586
De 1 a 3 anos	762.296	-	762.296	923.558	-	923.558
De 3 a 5 anos	157.332	-	157.332	101.584	-	101.584
De 5 a 15 anos	145.469	-	145.469	114.872	-	114.872
Total carteira de crédito	3.319.099	187.949	3.507.048	2.871.812	133.507	3.005.319
Até 3 meses	133.090	1.590	134.680	150.030	-	150.030
De 3 a 12 meses	86.047	-	86.047	278.689	-	278.689
De 1 a 3 anos	209.621	-	209.621	180.726	-	180.726
De 3 a 5 anos	203.795	-	203.795	248.420	-	248.420
De 5 a 15 anos	7.299	-	7.299	6.874	-	6.874
Total garantias prestadas e responsabilidades	639.852	1.590	641.442	864.739	-	864.739
Até 3 meses	-	-	-	1.504	-	1.504
De 3 a 12 meses	16.584	-	16.584	102.158	-	102.158
De 1 a 3 anos	16.875	-	16.875	15.153	-	15.153
De 3 a 5 anos	32.706	-	32.706	31.979	-	31.979
De 5 a 15 anos	70.918	-	70.918	84.947	-	84.947
Acima de 15 anos	22.403	-	22.403	-	-	-
Total títulos com risco de crédito	159.486	-	159.486	235.741	-	235.741
Total carteira expandida	4.118.437	189.539	4.307.976	3.972.292	133.507	4.105.799

c) Por ramo de atividade:

	Individual		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Açúcar e Alcool	380.154	412.411	380.154	412.411
Agricultura	-	24.746	-	24.746
Automotivo Leve e Peças	58.144	71.248	58.144	71.248
Bélico	76.871	97.338	76.871	97.338
Comércio Exterior	-	149	-	149
Comércio Varejista em Geral	204.571	153.419	204.571	153.419
Concessão Pública de Energia	31.425	29.207	31.425	29.207
Concessão Pública Exceto de Energia	92.948	171.447	92.948	171.447
Cooperativa	98.096	140.395	98.096	140.395
Distribuidor de Alimentos e Bebidas	40.221	-	40.221	-
Energia Elétrica e Renovável	-	58.464	-	58.464
Engenharia e Construção (Infraestrutura)	183.768	183.814	183.768	183.814
Entretenimento, Lazer e Turismo	197	5.423	197	5.423
Farmacêutica e Cosméticos	-	5.317	-	5.317
Fertilizantes, Defensivos e Insumos Agrícolas	15.572	15.149	15.572	15.149
Fios e Cabos Elétricos	6.773	21.361	6.773	21.361
Frigorífico, Abatedouro e Processamento de Carne	67.513	68.498	67.513	68.498
Imobiliário	792.346	694.820	792.346	769.906
Ind e Coml de Máquinas e Equipamentos Não Pesados/Agrícolas e Eletrônicos	97.996	99.467	97.996	99.467
Ind e Coml de Máquinas e Equipamentos Pesados/Agrícolas	30.303	22.632	30.303	22.632
Indústria de Alimentos e Bebidas	81.125	75.480	81.125	75.480
Indústria de Materiais de Construção e Decoração	86.918	74.479	86.918	74.479
Indústria Linha Branca e Marrom	16.759	-	16.759	-
Indústria Outros Não Especificados	29.410	2.758	29.410	2.758
Indústria Têxtil, Calçado e Curtume	88.759	53.916	88.759	53.916
Instituição Financeira	22.532	20.052	22.532	20.052
Instituição Não Financeira / Fundo de Investimento	3.030	15.683	3.030	15.683
Logística e Transporte	293.863	202.394	293.863	202.394
Mineração	1.779	220	1.779	220
Outros	441.714	71.751	441.714	71.751
Papel, Celulose e Embalagem	32.184	29.454	32.184	29.454
Pessoa Física Não Produtora Agrícola	54.971	79.670	54.971	79.670
Plástico, Borracha, Embalagem e Brinquedos	41.536	32.993	41.536	32.993
Produtor Agrícola	214.615	265.506	214.615	265.506
Produtos e Serviços Médicos, Hospitalares, Farmacêuticos e Cosméticos	49.192	66.501	49.192	66.501
Publicidade, Propaganda, Comunicação e Gráfica	29.661	27.336	29.661	27.336
Químico e Petroquímico	114.162	96.820	114.162	96.820
Serviços Especializados	-	109.766	-	109.766
Serviços e Outros	142.421	142.910	142.421	142.910
Siderurgia, Metalurgia, Fundição e Mecânica	81.244	96.295	81.244	96.295
Telecom, TI, Informática e Eletroeletrônica	180.213	148.197	180.213	148.197
Trading Agrícola	67.972	95.410	67.972	95.410
Trading Não Agrícola	57.018	47.817	57.018	47.817
Total carteira expandida	4.307.976	4.030.713	4.307.976	4.105.799

d) Carteira de crédito por nível de risco e provisionamento:

Nível	Individual e Consolidado							
	2019				2018			
	A vencer	Vencidos	Total	Provisão	A vencer	Vencidos	Total	Provisão
AA	436.951	-	436.951	-	295.882	-	295.882	-
A	735.557	-	735.557	3.678	502.954	-	502.954	2.515
B	998.351	19	998.370	9.984	899.187	10.928	910.115	9.102
C	765.945	22.471	788.416	23.652	613.323	34.152	647.475	19.424
D	82.684	10.944	93.628	9.363	70.070	50.355	120.425	12.042
E	54.336	1.282	55.618	16.685	182.572	549	183.121	54.936
F	2.173	3.162	5.335	2.667	-	-	-	-
G	139.341	63	139.404	129.088	184.178	-	184.178	128.924
H	102.171	151.598	253.769	253.768	123.646	37.523	161.169	161.169
Total	3.317.509	189.539	3.507.048	448.885	2.871.812	133.507	3.005.319	388.112

Em 31 de dezembro de 2019, considerando o cenário econômico, as dificuldades na negociação de créditos e as incertezas indicadas na possível recuperação econômica foi estabelecido o valor de R\$31.506 de provisão considerado satisfatória pela Administração e superior aos mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

e) Por nível de concentração do total da carteira expandida do Pine:

Maiores devedores	Individual				Consolidado			
	2019		2018		2019		2018	
	Valor	% sobre a carteira						
Maior devedor	120.092	2,79	98.726	2,45	120.092	2,79	98.726	2,40
2º ao 10º	726.718	16,87	716.646	17,78	726.718	16,87	791.732	19,28
11º ao 20º	459.902	10,68	521.978	12,95	459.902	10,68	521.978	12,71
21º ao 50º	739.530	17,17	729.781	18,11	739.530	17,17	729.781	17,77
51º ao 100º	662.897	15,39	630.496	15,64	662.897	15,39	630.496	15,36
Demais devedores	1.598.837	37,10	1.333.086	33,07	1.598.837	37,10	1.333.086	32,48
Total carteira expandida	4.307.976	100,00	4.030.713	100,00	4.307.976	100,00	4.105.799	100,00

f) Concentração do total da carteira expandida do Pine, por setor de atividade:

	Individual		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Indústria	1.727.168	1.929.814	1.727.168	2.004.900
Comércio	614.458	505.648	614.458	505.648
Intermediação financeira	22.412	20.937	22.412	20.937
Outros serviços	1.782.369	1.358.087	1.782.369	1.358.087
Pessoas físicas	161.569	216.227	161.569	216.227
Total carteira expandida	4.307.976	4.030.713	4.307.976	4.105.799

g) Movimentação da provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa, conforme Resolução CMN nº 2.682/99:

Descrição	Individual e Consolidado	
	2019	2018
Saldo inicial	388.112	579.539
Constituição/Reversão	92.038	(79.789)
Baixas para prejuízo	(31.265)	(111.638)
Saldo final	448.885	388.112

h) Recuperação de crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$2.318 (R\$4.024 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

i) Renegociação de contratos

Em 31 de dezembro de 2019 existiam contratos renegociados no valor de R\$476.872 (R\$557.842 em 31 de dezembro de 2018). Para estes contratos foram atribuídos os mesmos *ratings* das operações anteriormente às renegociações.

j) Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram realizadas operações de cessões de crédito sem coobrigação para empresas não ligadas ao Pine no valor de R\$23.890. Essas cessões resultaram em prejuízo líquido em relação ao valor de face no valor de R\$7.916, não descontado a provisão no valor de R\$3.181. Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica "Outras Despesas Operacionais". Em 31 de dezembro de 2018, não houve operações de cessões de crédito sem coobrigação. Adicionalmente, foram cedidos contratos anteriormente baixados como prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$27.378 (R\$10.793 em 31 de dezembro de 2018), essas cessões geraram um ganho no valor de R\$100 (R\$950 em 31 de dezembro de 2018) registrados na rubrica "Operações de Crédito".

8. CARTEIRA DE CÂMBIO

	Individual e Consolidado			
	Outros Créditos		Outras Obrigações	
	2019	2018	2019	2018
Câmbio comprado a liquidar	243.583	155.584	-	-
Direitos sobre venda de câmbio	6.301	8.340	-	-
Rendas a receber	16.123	9.221	-	-
Adiantamento em moeda nacional recebidos	-	(8.340)	-	-
Câmbio vendido a liquidar	-	-	6.274	7.748
Obrigações por compra de câmbio	-	-	230.461	145.778
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	-	(225.960)	(145.778)
Total	266.007	164.805	10.775	7.748

9. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS
a) Outros créditos - diversos

Estão representados pelos valores que seguem:

	Individual					
	2019			2018		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	276	-	276	14	-	14
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	332	-	332	273	-	273
Adiantamentos por conta de imobilizacoes	1.274	-	1.274	69	-	69
Créditos tributários (nota 9.b)	313.257	593.670	906.927	55.315	503.708	559.023
Devedores por compra de valores e bens	51.419	206.626	258.045	88.106	205.711	293.817
Imposto de renda a compensar	-	71.648	71.648	2.066	57.446	59.512
Valores a receber de sociedade ligadas	22	-	22	14	-	14
Devedores diversos - País e exterior	694	-	694	2.008	-	2.008
Total	367.274	871.944	1.239.218	147.865	766.865	914.730

	Consolidado					
	2019			2018		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	276	-	276	14	-	14
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	420	-	420	365	-	365
Adiantamentos por conta de imobilizacoes	1.482	-	1.482	69	-	69
Créditos tributários (nota 9.b)	313.257	594.723	907.980	55.315	503.708	559.023
Devedores por compra de valores e bens	51.419	206.626	258.045	88.106	205.711	293.817
Imposto de renda a compensar	-	73.813	73.813	2.066	59.586	61.652
Títulos e créditos a receber	-	478.541	478.541	-	527.247	527.247
Devedores diversos - País e exterior	3.383	3.095	6.478	2.360	-	2.360
Total	370.237	1.356.798	1.727.035	148.295	1.296.252	1.444.547

b) Créditos tributários e obrigações fiscais diferidas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social, estavam compostos como segue:

Créditos tributários	2019			Individual		
	IRPJ	CSLL	Total	2018		Total
				IRPJ	CSLL	
Provisão para operações de crédito						
de liquidação duvidosa	144.931	115.945	260.876	119.461	71.676	191.137
Ajuste de títulos disponíveis para venda	695	556	1.251	305	182	487
Créditos baixados para prejuízo	72.839	58.272	131.111	65.985	39.591	105.576
Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes	3.777	3.021	6.798	3.471	2.082	5.553
Provisão para participações nos lucros	4.069	3.254	7.323	2.207	1.324	3.531
MTM <i>hedge</i> de fluxo de caixa	786	629	1.415	1.276	765	2.041
Prejuízo fiscal / base negativa	144.681	115.594	260.275	147.824	88.577	236.401
Provisão Resolução CMN nº 3.921	3.261	2.608	5.869	6.546	3.928	10.474
Outras provisões	2.937	2.349	5.286	2.390	1.433	3.823
MTM Derivativos	125.957	100.766	226.723	-	-	-
Total	503.933	402.994	906.927	349.465	209.558	559.023

Créditos tributários	2019			Consolidado		
	IRPJ	CSLL	Total	2018		Total
				IRPJ	CSLL	
Provisão para operações de crédito						
de liquidação duvidosa	144.931	115.945	260.876	119.461	71.676	191.137
Ajuste de títulos disponíveis para venda	695	556	1.251	305	182	487
Créditos baixados para prejuízo	72.839	58.272	131.111	65.985	39.591	105.576
Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes	3.777	3.021	6.798	3.471	2.082	5.553
Provisão para participações nos lucros	4.069	3.254	7.323	2.207	1.324	3.531
MTM <i>hedge</i> de fluxo de caixa	786	629	1.415	1.276	765	2.041
Prejuízo fiscal / base negativa	144.681	115.594	260.275	147.824	88.577	236.401
Provisão Resolução CMN nº 3.921	3.261	2.608	5.869	6.546	3.928	10.474
Outras provisões	3.711	2.628	6.339	2.390	1.433	3.823
MTM Derivativos	125.957	100.766	226.723	-	-	-
Total	504.707	403.273	907.980	349.465	209.558	559.023

Obrigações fiscais diferidas	2019			Individual		
	IRPJ	CSLL	Total	2018		Total
				IRPJ	CSLL	
Atualização monetária de depósitos judiciais	1.812	1.449	3.261	1.414	848	2.262
Ajuste de títulos para negociação	829	663	1.492	75	45	120
Ajuste de títulos disponíveis para venda	1.336	1.068	2.404	2.168	1.301	3.469
Mercado futuro - Lei nº 11.196	12.226	9.780	22.006	5.246	3.148	8.394
MTM Derivativos	86.831	69.464	156.295	261	156	417
MTM <i>hedge</i> de fluxo de caixa	787	630	1.417	1.278	767	2.045
Total (Nota 15.a)	103.821	83.054	186.875	10.442	6.265	16.707

Obrigações fiscais diferidas	2019			Consolidado		
	IRPJ	CSLL	Total	2018		Total
				IRPJ	CSLL	
Atualização monetária de depósitos judiciais	1.894	1.499	3.393	1.473	884	2.357
Ajuste de títulos para negociação	829	663	1.492	75	45	120
Ajuste de títulos disponíveis para venda	1.336	1.068	2.404	2.168	1.301	3.469
Mercado futuro - Lei nº 11.196	12.226	9.781	22.007	5.246	3.148	8.394
MTM Derivativos	86.831	69.464	156.295	261	156	417
MTM <i>hedge</i> de fluxo de caixa	787	630	1.417	1.278	767	2.045
Total (Nota 15.a)	103.903	83.105	187.008	10.501	6.301	16.802

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	Individual		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	559.023	538.228	559.023	538.228
Constituição	358.177	174.632	358.177	174.632
Reversão	(10.273)	(153.837)	(9.220)	(153.837)
Saldo final	906.927	559.023	907.980	559.023

Obrigações fiscais diferidas	Individual		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	16.707	14.792	16.802	14.792
Constituição	171.862	5.621	171.900	5.716
Reversão	(1.694)	(3.706)	(1.694)	(3.706)
Saldo final	186.875	16.707	187.008	16.802

Previsão de realização dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	Individual				Consolidado			
	2019		2018		2019		2018	
	IRPJ	CSLL	Total	Valor Presente	IRPJ	CSLL	Total	Valor Presente
Até 1 ano	173.946	139.157	313.103	297.564	173.946	139.157	313.257	297.564
De 1 a 2 anos	7.552	6.041	13.593	12.215	8.326	6.320	14.492	12.264
De 2 a 3 anos	7.262	5.809	13.071	11.225	7.262	5.809	13.071	11.225
De 3 a 4 anos	6.607	4.828	11.435	9.306	6.607	4.828	11.435	9.306
De 4 a 5 anos	20.172	16.594	36.766	28.062	20.172	16.594	36.766	28.062
De 5 a 8 anos	222.018	177.614	399.632	274.214	222.018	177.614	399.632	274.214
De 8 a 10 anos	66.376	52.951	119.327	73.170	66.376	52.951	119.327	73.170
Total	503.933	402.994	906.927	705.755	504.707	403.273	907.980	705.804

Obrigações fiscais diferidas	Individual			Consolidado				
	2019		2018		2019		2018	
	IRPJ	CSLL	Total	Valor Presente	IRPJ	CSLL	Total	Valor Presente
Até 1 ano	5.122	4.095	9.217	9.217	5.121	4.096	9.217	9.217
De 1 a 2 anos	1.128	903	2.031	2.031	1.129	903	2.032	2.032
De 2 a 3 anos	600	480	1.080	1.080	599	480	1.079	1.079
De 3 a 4 anos	535	428	963	963	535	428	963	963
De 4 a 5 anos	494	396	890	890	494	396	890	890
De 5 a 8 anos	93.689	74.951	168.640	168.640	93.689	74.951	168.640	168.640
De 8 a 10 anos	2.253	1.801	4.054	4.054	2.336	1.851	4.187	4.187
Total	103.821	83.054	186.875	186.875	103.903	83.105	187.008	187.008

10. INVESTIMENTOS
a) Participações em controladas e coligadas avaliadas ao MEP

	2019						
	Participação - %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado líquido do exercício	Valor do investimento	Resultado de participação em controladas
Pine Securities	100,0000	-	-	-	(2.520)	-	(2.520)
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	99,9900	9.999	10	654	7	654	14
Pine Investimentos DTVM Ltda.	99,9998	892.299	13.384	63.399	839	63.399	1.781
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99,9998	499.999	500	1.994	17	1.994	19
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário ⁽¹⁾	99,9999	500.796.649	500.797	510.070	(6.059)	510.070	(6.881)
Pine Corretora de Seguros Ltda.	99,9990	99.999	100	8.348	4.150	8.348	7.117
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário ⁽²⁾	99,9900	52.199.999	52.200	51.910	(287)	51.910	(283)
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda. ⁽³⁾	99,9900	84.030.599	86.031	81.819	(2.688)	81.819	(4.203)
Total					(6.541)	718.194	(4.956)

	2018						
	Participação - %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado líquido do exercício	Valor do investimento	Resultado de participação em controladas
Pine Securities	100,0000	5.000	29.954	41.111	13.644	41.111	13.644
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	99,9900	9.999	10	640	11	640	11
Pine Investimentos DTVM Ltda.	99,9998	892.298	13.385	61.617	1.845	61.617	1.845
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99,9998	499.999	500	1.975	43	1.975	43
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário	99,9999	448.999.999	449.000	465.155	15.900	465.155	15.900
Pine Corretora de Seguros Ltda.	99,9990	99.999	100	5.431	4.995	5.431	4.995
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário ⁽²⁾	99,9900	49.199.999	49.200	49.193	(7)	49.193	(7)
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda. ⁽³⁾	99,9900	84.030.599	84.031	84.031	(9)	84.022	(9)
Total					36.422	709.144	36.422

⁽¹⁾ Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 ocorreram aportes de capital na Pine Entre Verdes no montante de R\$51.797 (R\$334.853 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

⁽²⁾ Em 26 de março de 2018 foi constituída a Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE. A sociedade tem como objetivo social o desenvolvimento e a implantação de empreendimento imobiliário.

⁽³⁾ Em 22 de novembro de 2018 foi constituída a Pine Ativos Imobiliários SPE. A sociedade tem como objetivo social o desenvolvimento e a implantação de empreendimento imobiliário.

b) Participações em coligadas não avaliadas ao MEP

Em 31 de dezembro de 2018, o Pine possui investimentos em coligadas avaliados ao seu valor de custo no valor de R\$107.531.

Esses investimentos são compostos por aquisição de Ações de Companhia Aberta, através de dação de pagamento, no valor de R\$107.531.

Esses investimentos são testados para redução ao valor recuperável - *impairment* no mínimo anualmente. No balanço de 31 de dezembro de 2018 este investimento está registrado na rubrica de "Participações em coligadas e controladas no país". Em 31 de março de 2019, houve a reclassificação das Ações para a rubrica de "Títulos e valores mobiliários".

11. OUTROS VALORES E BENS

Bens não de uso próprio	Individual		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imóveis	439.614	508.082	569.897	508.082
Outros	3.059	3.059	3.059	3.059
Provisão para perdas	(7.195)	(2.660)	(7.195)	(2.660)
Total	435.478	508.481	565.761	508.481

Despesas antecipadas	Individual		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Prêmios de seguros	15.761	10.971	15.814	10.971
Aluguéis	15.204	4.825	15.204	4.825
Gastos na emissão de títulos no Exterior	264	349	264	349
Outras	62	350	62	438
Total	31.291	16.495	31.344	16.583

12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, sistema de processamento de dados, e sistema de transporte, 20%, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e sistema de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

O intangível corresponde aos gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais e são amortizados pelo método linear à taxa anual de 10%.

	Custo	Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
			Residual	Residual
Imobilizados de Uso				
Instalações, Moveis e Equipamentos de Uso	21.595	(13.144)	8.450	458
Outros Imobilizados de Uso				
Sistema de Segurança e Comunicação	1.852	(1.427)	424	121
Sistema de Processamento de Dados	2.278	(1.631)	647	923
Sistema de Transporte	230	(176)	54	100
Total	25.955	(16.378)	9.575	1.602

13. DEPÓSITOS
a) Composição por vencimento:

	2019					
	Individual			Consolidado		
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros
Sem vencimento	90.281	-	-	81.081	-	-
Até 30 dias	-	238.384	1.006	-	238.385	1.006
De 31 a 60 dias	-	101.292	-	-	101.292	-
De 61 a 90 dias	-	61.168	-	-	61.168	-
De 91 a 180 dias	-	539.903	-	-	539.903	-
De 181 a 360 dias	-	992.052	66.043	-	874.740	66.043
Acima de 360 dias	-	3.810.913	-	-	3.825.637	-
Total	90.281	5.743.712	67.049	81.081	5.641.125	67.049

	2018					
	Individual			Consolidado		
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros
Sem vencimento	88.131	-	-	87.447	-	-
Até 30 dias	-	50.480	-	-	48.848	-
De 31 a 60 dias	-	74.667	-	-	70.494	-
De 61 a 90 dias	-	67.897	-	-	67.014	-
De 91 a 180 dias	-	446.084	-	-	444.320	-
De 181 a 360 dias	-	966.289	36.103	-	956.141	36.103
Acima de 360 dias	-	3.655.509	55.027	-	3.603.055	55.027
Total	88.131	5.260.926	91.130	87.447	5.189.872	91.130

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

b) Composição por segmento de mercado:

	2019					
	Individual			Consolidado		
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros
Indústria, comércio e serviços	80.115	314.358	-	78.249	314.358	-
Sociedades ligadas	7.317	102.587	-	-	-	-
Pessoas físicas	2.832	89.131	-	2.832	89.131	-
Instituições financeiras e fundos de investimento	17	5.237.636	67.049	-	5.237.636	67.049
Total	90.281	5.743.712	67.049	81.081	5.641.125	67.049

	2018					
	Individual			Consolidado		
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros
Indústria, comércio e serviços	82.012	204.357	-	82.012	204.357	-
Sociedades ligadas	675	71.055	-	-	-	-
Pessoas físicas	5.435	61.552	-	5.435	61.553	-
Instituições financeiras e fundos de investimento	9	4.923.962	91.130	-	4.923.962	91.130
Total	88.131	5.260.926	91.130	87.447	5.189.872	91.130

14. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	Individual e Consolidado	
	2019	2018
Carteira Própria		
LFT - letra financeira do tesouro	135.003	-
NTN - notas do tesouro nacional	90.002	30.009
Debêntures	120.389	123.689
Subtotal	345.394	153.698
Carteira de Terceiros		
LFT - letra financeira do tesouro	-	204.994
Subtotal	-	204.994
Total de captações no mercado aberto	345.394	358.692

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES
a) Fiscais e previdenciárias

	2019					
	Individual			Consolidado		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	268	-	268	272	-	272
Impostos e contribuições sobre salários	3.042	-	3.042	3.042	-	3.042
Impostos e contribuições sobre o lucro	-	-	-	2.176	-	2.176
ISS	171	-	171	171	-	171
IRRF	174	-	174	174	-	174
PIS e Cofins a recolher	434	-	434	510	-	510
PIS e Cofins compensado	-	-	-	900	-	900
Provisão para IR e CS diferidos (Nota 9.b)	9.216	177.659	186.875	9.216	177.790	187.006
Total	13.305	177.659	190.964	16.461	177.790	194.251

	2018					
	Individual			Consolidado		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	245	-	245	245	-	245
Impostos e contribuições sobre salários	2.616	-	2.616	2.616	-	2.616
Impostos e contribuições sobre o lucro	-	-	-	2.132	-	2.132
ISS	189	-	189	189	-	189
IRRF	46	-	46	55	-	55
PIS e Cofins a recolher	-	-	-	88	-	88
Provisão para IR e CS diferidos (Nota 9.b)	5.498	11.209	16.707	5.498	11.304	16.802
Total	8.594	11.209	19.803	10.823	11.304	22.127

b) Diversas

	2019					
	Individual			Consolidado		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Provisão para despesas de pessoal	22.239	-	22.239	22.239	-	22.239
Cheques administrativos	98	-	98	98	-	98
Provisão para passivos contingentes - cíveis (Nota 16.b)	-	7.875	7.875	-	7.875	7.875
Provisão para passivos contingentes - trabalhistas (Nota 16.b)	-	6.863	6.863	-	6.863	6.863
Provisão para passivos contingentes - fiscais (Nota 16.b)	-	369	369	-	369	369
Provisão para garantias financeiras prestadas (Nota 24)	-	4.150	4.150	-	4.150	4.150
Obrigações por aquisição de bens e direitos	111	-	111	111	-	111
Outras despesas administrativas	2.644	-	2.644	2.762	-	2.762
Contas a pagar	-	-	-	-	68	68
Credores diversos - País e exterior	4.452	16.113	20.565	18.694	16.108	34.802
Total	29.544	35.370	64.914	43.904	35.433	79.337

	2018					
	Individual			Consolidado		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Provisão para despesas de pessoal	15.357	-	15.357	15.359	-	15.359
Cheques administrativos	283	-	283	283	-	283
Provisão para passivos contingentes - cíveis (Nota 16.b)	-	6.162	6.162	-	6.162	6.162
Provisão para passivos contingentes - trabalhistas (Nota 16.b)	-	7.351	7.351	-	7.351	7.351
Provisão para passivos contingentes - fiscais (Nota 16.b)	-	369	369	-	369	369
Provisão fiança (Nota 7 d.ii e Nota 24)	-	5.311	5.311	-	5.311	5.311
Obrigações por aquisição de bens e direitos	125	153	278	125	153	278
Outras despesas administrativas	1.221	419	1.640	1.227	419	1.646
Contas a pagar	-	-	-	-	8.442	8.442
Credores diversos - País e exterior	3.508	20.412	23.920	3.548	20.412	23.960
Total	20.494	40.177	60.671	20.542	48.619	69.161

16. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS
a) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não existiam ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza:

	Individual e Consolidado							
	Provisão		Depósitos Judiciais		Provisão		Depósitos Judiciais	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Contingências Fiscais e Obrigações Legais	369	369	48.797	47.289	369	369	51.020	49.410
Contingências Trabalhistas	6.863	7.351	2.762	2.085	6.863	7.351	2.762	2.085
Contingências Cíveis	7.875	6.162	6.224	2.621	7.875	6.162	6.224	2.621
Total	15.107	13.882	57.783	51.995	15.107	13.882	60.006	54.116

O Pine e a Pine Investimentos obtiveram decisões favoráveis, transitadas em julgado, em relação às ações judiciais que questionavam o alargamento das bases de cálculo das contribuições devidas ao PIS e COFINS nos termos do disposto no artigo 3o., §1o. da Lei nº 9.718/98, sendo que as provisões anteriormente constituídas em relação à essas ações, classificadas como Obrigações Legais, foram revertidas em exercícios anteriores.

Desde então, o Pine iniciou os procedimentos necessários para viabilizar o levantamento dos depósitos judiciais vinculados a essas ações. Em relação ao PIS, em 31 de dezembro de 2019 esses depósitos representavam R\$46.498 no Individual e R\$46.801 no Consolidado (R\$45.126 no Individual e R\$45.420 no Consolidado em 31 de dezembro de 2018). Nessas mesmas datas, não haviam depósitos judiciais referentes à COFINS.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019 os créditos fiscais a compensar, decorrentes de pagamentos efetuados a maior no curso dessas ações, representavam: (i) PIS: R\$539 no Individual e no Consolidado (R\$9.408 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2018); e (ii) COFINS: R\$17.617 no Individual e no Consolidado (R\$18.476 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2018).

Durante os exercícios de 2019 e 2018 não foram lavrados autos de infração em face do Pine e da Pine Investimentos.

c) Movimentação das provisões passivas:

	Individual e Consolidado							
	2019				2018			
	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo Inicial	369	7.448	7.626	15.443	369	7.290	8.243	15.902
Constituição (reversão)	-	(929)	187	(742)	-	(524)	(2.284)	(2.808)
Atualização	-	344	62	406	-	585	203	788
Saldo final	369	6.863	7.875	15.107	369	7.351	6.162	13.882

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

d) Seguem as principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis:

Trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 o Pine não possuía processos trabalhistas classificados como possíveis.

Cíveis: Em 31 de dezembro de 2019 o Pine não possuía processos cíveis classificados como possíveis, (R\$739 no Individual e no Consolidado em 31 dezembro de 2018).

Fiscais: Em 31 de dezembro de 2019 o Pine possuía processos fiscais classificados como possíveis no valor de R\$184 no Individual e no Consolidado (R\$522 no Individual e no Consolidado em 31 dezembro de 2018).

17. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	Individual e Consolidado					
	2019					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Repasse do país - instituições oficiais	9.257	19.217	21.940	-	-	50.414
Operações de repasse do exterior	-	49.984	-	-	-	49.984
Operações de empréstimos no exterior	917	21.599	-	-	-	22.516
Total	10.174	90.800	21.940	-	-	122.914

	Individual e Consolidado					
	2018					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Repasse do país - instituições oficiais	13.446	40.068	36.625	11.878	2.479	104.496
Operações de repasse do exterior	59.398	69.409	29.712	21.080	-	179.599
Operações de empréstimos no exterior	8.028	21.859	-	-	-	29.887
Total	80.872	131.336	66.337	32.958	2.479	313.982

18. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS
a) Recursos de aceites cambiais

	Individual e Consolidado					
	2019					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Letras de crédito imobiliário	165.142	62.803	32.934	-	-	260.878
Letras de crédito do agronegócio	46.097	216.548	-	-	-	262.645
Letras financeiras	343	2.132	8.379	-	-	10.853
Total	211.582	281.482	41.312	-	-	534.376

	Individual e Consolidado					
	2018					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Letras de crédito imobiliário	15.922	190.622	6.681	-	-	213.225
Letras de crédito do agronegócio	193.679	64.930	-	-	-	258.609
Letras financeiras	-	15.714	5.610	4.121	-	25.445
Total	209.601	271.266	12.291	4.121	-	497.279

19. DÍVIDA SUBORDINADA

	Individual e Consolidado			
	Valor		Taxa de juros	
	2019	2018	2019	2018
Letras Financeiras				
De 1 a 3 anos	16.500	47.115	100% do CDI	
De 3 a 5 anos	29.915	-	130% do CDI	
De 5 a 15 anos	44.076	28.380	134% do CDI	
Total	131.457	75.495		

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social

Conforme Estatuto Social, o capital social subscrito e integralizado totaliza R\$1.202.393 (R\$1.112.259 em 31 de dezembro de 2018) e está dividido em 148.157.764 ações nominativas, sendo 75.577.842 ordinárias e 72.579.922 preferenciais (121.171.395 em 31 de dezembro de 2018) sem valor nominal. O Pine fica autorizado a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 100.000.000 de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de dezembro de 2019 e homologado pelo Banco Central em 26 de dezembro de 2019, foi deliberado: o aumento de capital social de R\$1.112.259 para R\$1.202.393, com a emissão de 26.986.369 novas ações nominativas, sendo 10.399.359 ordinárias e 16.587.010 preferenciais.

Conforme deliberado em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 25 de outubro de 2019 e 26 de dezembro de 2019 e homologado pelo Banco Central em 30 de dezembro de 2019, foi realizado o aumento de capital no valor de R\$90.133 com a emissão de 26.986.369 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 10.399.359 ordinárias e 16.587.010 preferenciais.

b) Reserva de lucros

A conta de reserva de lucros do Pine é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Pine, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Pine não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Pine deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Pine. Ademais, o Pine poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido do exercício será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral que poderá mantê-la, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Conforme Reuniões do Conselho de Administração realizadas, foi deliberado o não pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

d) Ações em tesouraria

Os planos de aquisições e cancelamentos de ações de própria emissão do Pine referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 estão demonstrados no quadro a seguir:

Descrição	Data da aprovação	Data limite para aquisição das ações	Total de ações aprovadas	Ações preferenciais adquiridas	Individual e Consolidado	
					Valor total	Custo médio
Reunião do Conselho de Administração ⁽¹⁾	18/01/2017	17/01/2018	500.000	43.300	129	2,98

⁽¹⁾ Em 17 de janeiro de 2018, o Pine encerrou o plano de aquisição de ações de emissão própria adquirindo 43.300 ações do total aprovado de 500.000 ações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o Pine transferiu 2.532.405 ações preferenciais de sua própria emissão, que se encontravam em tesouraria, para os diretores estatutários a título de remuneração variável nos termos da Resolução CMN nº 3.921/10 no montante de R\$6.610 ao custo médio de R\$2,61. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 não houve devolução referente a ações de ex diretores estatutários.

Em 31 de dezembro de 2018 o Pine possuía em tesouraria 3.740 ações preferenciais de sua própria emissão no montante de R\$39. O valor de mercado dessas ações correspondia a R\$8.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária, em 31 de dezembro de 2019, foi aprovado o cancelamento do saldo de 629 ações preferenciais mantidas em tesouraria, no montante de R\$7, sem redução do valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2018 o Pine não vendeu ações preferenciais de sua própria emissão, que se encontravam em tesouraria.

e) Ajustes de avaliação patrimonial

	Individual e Consolidado	
	2019	2018
Ativos Financeiros Disponíveis para venda	2.562	7.456
Títulos e valores mobiliários	2.562	7.456
Hedge fluxo de caixa	5	11
Objeto do Hedge	3.149	5.113
Instrumento do Hedge	(3.144)	(5.102)
Outros	(3.921)	(9.293)
Efeito Tributário	609	691
Total	(745)	(1.135)

21. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
a) Operações de crédito

	Individual e Consolidado	
	2019	2018
Adiantamentos a depositantes	2.568	620
Rendas de empréstimos	255.299	215.835
Rendas de financiamentos	83.276	126.705
Total	341.143	343.160

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Individual		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Rendas de operações com títulos de renda fixa	220.441	210.552	220.554	210.551
Despesas de operações com títulos de renda fixa	(39.873)	(28.406)	(39.873)	(28.406)
Resultado de operações com títulos de renda variável	3.662	11.596	3.662	25.152
Despesas de operações com títulos de renda variável	(519)	(28.406)	(519)	(28.406)
Total	183.711	193.742	183.824	207.297

c) Operações de captação no mercado

	Individual		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas de depósitos interfinanceiros	4.267	6.731	4.267	6.731
Despesas de depósitos a prazo	468.420	401.435	463.199	397.136
Despesas de operações compromissadas	19.983	22.569	19.983	22.569
Despesas de operações com títulos e valores mobiliários no exterior ⁽¹⁾	152	144	152	144
Despesas de contribuição ao fundo garantidor de crédito	7.512	9.573	7.512	9.573
Despesas com letras de crédito do agronegócio	9.377	24.000	9.377	24.000
Despesas com letras financeiras	16.397	13.599	16.397	13.599
Despesas com letras de crédito imobiliário	13.785	31.997	13.785	31.997
Total	539.893	510.048	534.672	505.749

⁽¹⁾ Contempla variação cambial.

d) Operações de empréstimos e repasses

	Individual e Consolidado	
	2019	2018
Despesas de repasses do País - instituições oficiais	4.710	11.394
Despesas de repasses do exterior - Resolução CMN nº 3.844	3.133	8.904
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior ⁽¹⁾	37.132	95.343
Total	44.975	115.641

⁽¹⁾ Contempla variação cambial.

e) Receitas de prestação de serviços

	Individual		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Comissão de Fiança	20.644	46.449	20.644	46.449
Comissão de Intermediação	2.913	4.664	2.913	4.723
Outras	6.417	2.747	14.943	8.924
Total	29.974	53.860	38.500	60.096

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

f) Despesas de pessoal

	Individual		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Proventos	42.096	59.327	42.096	59.398
Benefícios	11.587	11.810	11.603	11.850
Encargos sociais	17.552	20.410	17.552	20.431
Honorários da diretoria	10.467	4.321	10.467	4.320
Treinamento	203	225	203	224
Estagiários	963	1.104	981	1.120
Total	82.868	97.197	82.902	97.343

g) Outras despesas administrativas

	Individual		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas de água, energia e gás	438	489	438	489
Despesas com aluguéis	13.993	10.052	13.993	10.052
Despesas de arrendamento de bens	702	607	702	607
Despesas com contribuições filantrópicas	5	-	5	-
Despesas de comunicações	4.611	5.024	4.611	5.024
Despesas de manutenção e conservação de bens	1.182	1.183	1.182	1.183
Despesas de material	471	127	471	127
Despesas de processamento de dados	14.011	13.548	14.013	13.555
Despesas de relações públicas	2.248	3.236	2.301	3.271
Despesas de seguros	3.580	4.184	3.583	4.184
Despesas com serviços do sistema financeiro	11.812	13.837	12.246	14.140
Despesas com serviços de terceiros	1.763	6.053	3.447	6.166
Despesas com serviços de vigilância e segurança	2.550	2.664	2.550	2.664
Despesas com serviços técnicos especializados	11.443	12.348	12.112	12.650
Despesas de transporte	620	415	621	415
Despesas de viagens	453	388	469	388
Sentenças judiciais, cíveis e trabalhistas	19.800	16.160	19.800	16.160
Outras despesas administrativas	3.945	4.253	8.157	4.264
Despesas de amortização e depreciação	990	688	990	692
Emolumentos judiciais e cartorários	442	313	1.544	2.945
Total	95.059	95.569	103.235	98.976

h) Despesas tributárias

	Individual		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
ISS	1.898	3.167	2.075	3.304
Cofins	8.780	1.393	11.497	2.629
PIS	1.427	226	2.008	486
Outros	1.613	883	12.268	3.497
Total	13.718	5.669	27.848	9.916

i) Outras receitas operacionais

	Individual		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	5.274	1.128	5.498	1.132
Atualização monetária ativa	1.767	1.818	1.879	2.063
Atualização de créditos judiciais	204	789	213	799
Reversão provisão Fiança	1.160	12.024	1.160	12.024
Reversão provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	10.994	17.621	11.022	17.621
Outras rendas operacionais	24.309	956	75.815	41.260
Reversão de outras provisões	1.051	-	1.182	-
Total	44.759	34.336	96.769	74.899

j) Outras despesas operacionais

	Individual		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Provisão de processos trabalhistas e cíveis	11.346	15.443	11.346	15.443
Provisão de fiança	-	7.696	-	7.696
Outras provisões	-	-	3.545	630
Outras despesas operacionais	55.109	26.886	93.174	38.322
Total	66.455	50.025	108.065	62.091

k) Resultado não operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$19.448 no Individual e no Consolidado (R\$3.739 no Individual e Consolidado em 31 de dezembro de 2018) corresponde principalmente ao resultado na venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito e imobilizados de uso.

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	Individual		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzidos as participações no resultado	(284.610)	(88.944)	(280.260)	(78.295)
Prejuízo antes da tributação	(284.610)	(88.944)	(280.260)	(78.295)
Alíquota vigente (Nota 3s)	40%	45%	40%	45%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	113.844	40.025	112.104	35.233
Diferenças permanentes	52.558	(10.787)	49.948	(16.644)
Variação cambial de investimento no exterior	(3.996)	15.505	(3.996)	15.505
Alteração da alíquota da CSLL	79.984	(36.687)	79.984	(36.155)
Outros ajustes	(23.430)	10.395	(26.040)	4.006
Imposto de renda e contribuição social	166.402	29.238	162.052	18.589

23. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS
a) Remuneração da Administração

No exercício de 2012, o Pine aprovou novo Plano de Remuneração para tratamento das normas e diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução CMN nº 3.921/10.

O Plano tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Pine à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pela instituição; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Pine; e (iv) Adaptar a política de remuneração à norma da Resolução CMN nº 3.921/10.

A remuneração definida no Plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Pine; (ii) o resultado geral do Pine, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Pine está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no contrato de metas celebrado por cada administrador na forma prevista no PLR e arquivado na sede do Pine; (vii) o desempenho da unidade de negócios; e (viii) a relação entre o desempenho individual dos Administradores, o desempenho da unidade de negócio e o desempenho do Pine como um todo.

A Remuneração Variável será calculada:

a) até 50% do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie, de forma imediata quando do pagamento do PLR; e

b) o correspondente a 10% do valor determinado para a remuneração variável será paga em ações preferenciais do Pine de forma imediata quando do pagamento da PLR; e

c) o correspondente aos 40% restantes da remuneração variável será pago em ações preferenciais do Pine e serão entregues ao empregado juntamente com o pagamento do valor em espécie. O direito de disposição dessas ações será de forma "Diferida" crescendo com o nível de responsabilidade do Administrador.

A entrega das ações referentes à remuneração variável diferida atribuídas aos Administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da Instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

O Pine conta, ainda, com um Comitê de Remuneração, que é responsável por (i) propor ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da Instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução CMN nº 3.921/10.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi apurado referente a remuneração variável o montante de R\$2.431 (R\$13.233 em 31 de dezembro de 2018), e a despesa em 2019 foi de R\$281 (R\$6.297 em 31 de dezembro de 2018) de acordo com os critérios definidos no plano.

Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria	Individual e Consolidado	
	2019	2018
Remuneração fixa	10.541	10.823
Remuneração variável	2.431	11.627
Benefícios de curto prazo	3.308	4.190
Total	16.280	26.640

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados basicamente por salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no período de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Rescisão do contrato

Os contratos de trabalho possuem prazo indeterminado. A extinção da relação de trabalho no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria não dá direito a nenhuma compensação financeira. No caso da rescisão do contrato pelo Pine o executivo pode receber uma indenização. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 houve pagamentos aos executivos que saíram a título de compensação no valor de R\$1.161 (R\$2.806 em 31 de dezembro de 2018).

b) Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente com as empresas discriminadas na nota 2, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e condições de mercado e estão representadas por:

	Prazos até	Taxa de juros % CDI	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
			31/12/2019	31/12/2018	2019	2018
Administradores (1)			21.539	8.494		
Depósitos à vista	Sem vencimento		19	54	-	-
Depósitos à prazo	17/10/2021	100% a 120%	10.147	6.145	97	92
Recursos de letras de crédito do agronegócio	25/04/2019	90% a 100%	2	236	13	74
Recursos de letras de crédito imobiliário	24/10/2019	91% a 100%	8.686	636	147	19
Recursos de letras financeiras	25/10/2024	150%	2.685	1.423	118	23
Familiares imediatos (1)			17.621	2.784		
Depósitos à vista	Sem vencimento		69	2	-	-
Depósitos à prazo	04/01/2021	98% a 120%	10.178	2.332	155	328
Recursos de letras de crédito do agronegócio	19/08/2019	96% a 100%	233	275	3	13
Recursos de letras de crédito imobiliário	17/09/2019	97,5% a 100%	490	175	48	9
Recursos de letras financeiras	13/03/2026	150%	6.651	-	351	-
Empresas ligadas						
Valores a Receber			111.810	71.752	(2.931)	(2.237)
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda			4	5	-	-
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda			3	1	-	-
Pine Corretora de Seguros Ltda			15	8	-	-
Depósitos à vista						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda	Sem vencimento		17	9	-	-
Pine Assessoria e Consultoria Ltda	Sem vencimento		-	5	-	-
Pine Planejamento e Serviços Ltda	Sem vencimento		1	2	-	-
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda	Sem vencimento		377	266	-	-
Pine Corretora de Seguros Ltda	Sem vencimento		319	239	-	-
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda	Sem vencimento		929	153	-	-
Pine Ativos Imobiliários LTDA	Sem vencimento		5.691	10	-	-
Pine Realty XXVIII Empreendimento Imobiliário SPE Ltda	Sem vencimento		1.866	-	-	-
Depósitos à prazo						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda	10/12/2020	99%	61.725	60.348	(1.664)	(1.823)
Pine Assessoria e Consultoria Ltda	23/11/2020	99%	852	805	(23)	(25)
Pine Planejamento e Serviços Ltda	14/12/2020	99%	172	162	(5)	(5)
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda	14/12/2020	99%	31.717	4.609	(1.077)	(284)
Pine Corretora de Seguros Ltda	28/12/2020	99%	8.122	5.130	(163)	(100)

(1) Os valores referente aos administradores e familiares imediatos não são consolidados.

	Saldo inicial em 31/12/2018	Aplicações / Depósitos	Resgates / Saques	Juros / Remuneração	Saldo final em 31/12/2019
Administradores	8.494	38.294	(25.624)	375	21.539
Depósitos à vista	54	22	(57)	-	19
Depósitos à prazo	6.145	26.481	(22.576)	97	10.147
Recursos de letras de crédito do agronegócio	236	390	(637)	13	2
Recursos de letras de crédito imobiliário	636	8.801	(898)	147	8.686
Recursos de letras financeiras	1.423	2.600	(1.456)	118	2.685
Familiares imediatos	2.784	20.153	(5.873)	557	17.621
Depósitos à vista	2	91	(24)	-	69
Depósitos à prazo	2.332	12.657	(4.966)	155	10.178
Recursos de letras de crédito do agronegócio	275	231	(276)	3	233
Recursos de letras de crédito imobiliário	175	874	(607)	48	490
Recursos de letras financeiras	-	6.300	-	351	6.651
Empresas ligadas	71.752	124.882	(89.137)	4.313	111.810
Valores a Receber	14	51	(43)	-	22
Depósitos à vista	684	45.170	(36.654)	-	9.200
Depósitos à prazo	71.054	79.661	(52.440)	4.313	102.588

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta em ações ordinárias e preferenciais, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, dos acionistas com mais de cinco por cento do total de ações, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Acionistas	2019		2018		Total de Ações	Total de Ações (%)
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)		
Pessoa Física	75.577.842	100,00	15.160.302	20,89	90.738.144	70,81
Conselho de Administração	-	-	1.852.394	2,55	1.852.394	11,48
Administradores	-	-	2.783.110	3,83	2.783.110	1,88
Total	75.577.842	100,00	19.795.806	27,27	95.373.648	84,17

Acionistas	2019		2018		Total de Ações	Total de Ações (%)
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)		
Pessoa Física	65.178.483	100,00	17.228.694	30,77	82.407.177	68,01
Conselho de Administração	-	-	5.097.548	9,10	5.097.548	4,21
Administradores	-	-	1.101.088	1,97	1.101.088	0,91
Total	65.178.483	100,00	23.427.330	41,84	88.605.813	73,13

24. COMPROMISSOS, GARANTIAS E OUTRAS INFORMAÇÕES

A provisão para perdas prováveis associadas a garantias financeiras prestadas, operações que requerem que o prestador da garantia efetue pagamentos definidos contratualmente a fim de reembolsar o detentor de um instrumento de dívida ou outro instrumento de natureza semelhante por perda decorrente do não pagamento da obrigação pelo devedor na data prevista, é constituída por modelo estatístico interno cuja metodologia se baseia em práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, no risco da contraparte, no comportamento histórico da carteira, na modalidade ou produto da garantia financeira prestada e nas expectativas futuras de perdas. O modelo é revisado periodicamente conforme estabelecido pela Resolução do CMN nº 4.512/2016.

Tipo de Garantia Financeira	Individual e Consolidado			
	2019		2018	
	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	139.189	845	332.212	1.658
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	439.950	1.471	465.490	1.670
Outras Fianças Bancárias	50.177	1.834	65.575	1.983
Total	629.316	4.150	863.277	5.311

25. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados homologado pelo Programa de Participação nos Lucros e Resultados - PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Formação de fundo para distribuição em todos os níveis da organização; e (c) Avaliação de competências e cumprimento de metas nas áreas de apoio. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações no resultado".

26. GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL
a) Introdução e visão geral

O Pine está exposto aos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, os quais são continuamente monitorados e geridos pela área de riscos e pela Alta Administração da Instituição.

Estrutura de gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Pine está de acordo com as regulamentações no Brasil e no exterior e em linha com as melhores práticas de mercado. O controle dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional é realizado de forma centralizada por unidade independente, visando a assegurar que os riscos sejam administrados de acordo com o apetite de risco, as políticas e os procedimentos estabelecidos.

O objetivo do controle centralizado é prover ao Conselho de Administração e aos Executivos uma visão global das exposições do Pine, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

No processo de governança de riscos e capital, o Pine estabelece a sua estratégia com o objetivo de garantir nível adequado do apetite a riscos para as exposições assumidas de forma integrada, considerando o monitoramento contínuo do potencial de perdas, com reportes tempestivos e alinhado com a estratégia de negócios e a perpetuidade das atividades da instituição. A estrutura de gerenciamento tem o objetivo de garantir que os riscos sejam identificados, mensurados, avaliados, monitorados, reportados, controlados e mitigados em concordância com os objetivos no planejamento de capital.

b) Risco de crédito
Definição

Risco de crédito é a exposição a perdas em caso de inadimplência total ou parcial dos clientes, ou das contrapartes, no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Pine. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito.

Nossa exposição ao risco de crédito está relacionada em sua maior parte à aplicação de recursos financeiros na forma de empréstimos, adiantamentos, repasses e outros produtos tradicionais de crédito, seja em moeda local ou estrangeira; à exposição a títulos de emissão privada; à prestação de garantias e cobramentos e aos recebíveis oriundos de operações de derivativos de balcão com clientes.

Gerenciamento do risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade da ocorrência de perdas associadas ao:

- Não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; ou
- Custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo monitoramento, análises de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito.

Atribuições:

A gestão do risco de crédito compreende a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação em todas as etapas do ciclo de crédito e é uma responsabilidade integrada entre todas as unidades envolvidas no Processo de Crédito do Banco PINE. São elas que, em suas operações diárias, assumem risco e necessitam do suporte fornecido pela gerência de risco de crédito.

Entre as suas principais atribuições, destacam-se:

- Elaborar modelos quantitativos de concessão, manutenção e recuperação de crédito;
- Elaborar histórico de spread de Crédito dos clientes (Res.4277);
- Subsidiar a definição do apetite a Risco de Crédito;
- Elaborar informativos regulatórios: Documento 3040 e Circular 3678.

c) Risco de liquidez**Definição**

O Risco de Liquidez é a possibilidade do Pine não satisfazer suas necessidades de caixa para o cumprimento de suas obrigações correntes e futuras ou de novas exigências de recursos sem afetar a continuidade de suas operações.

Gestão de risco de liquidez

A gestão de liquidez tem como objetivo identificar, informar e precaver o Pine de possíveis movimentos de mercado que gerem problemas de liquidez. Nesse sentido, o Pine monitora a exposição ao risco de liquidez de suas carteiras no que tange aos prazos, volumes e liquidez de seus ativos.

O gerenciamento do risco de liquidez abrange os processos de controle, monitoramento e planejamento efetuados através de relatórios enviados aos integrantes do ALCO - *Asset and liability committee* e Alta Administração, bem como aprovação de políticas, estratégias, diretrizes e limites neste comitê e aprovados pelo Conselho de Administração do Conglomerado, conforme segue:

Diariamente (Superintendência de Risco de Liquidez & Mercado e Produtos):

- Posição e movimentação da liquidez do conglomerado;
- Monitoramento dos indicadores do risco de liquidez.

Semanalmente (ALCO - *Asset and liability committee*):

- Fluxo de descasamentos entre pagamentos, recebimentos e outras movimentações de todo conglomerado (*funding gap*);
- Projeção da movimentação da liquidez do conglomerado considerando os planos das áreas de negócios, necessidades de captação e nível de liquidez desejado;

Mensalmente (ALCO - *Asset and liability committee*):

- Projeção de cenários de estresse de liquidez: moderado e extremo;
- Metodologia de definição dos níveis de liquidez desejado e mínimo;
- Revisão do plano de contingência de liquidez e dos indicadores do risco de liquidez.

As políticas de gestão do risco de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições do ALCO - *Asset and liability committee* e da Alta Administração.

Desta forma, no processo de gestão do risco de liquidez no Pine, o conjunto de atividades que estão relacionadas e integradas na gestão, desde a definição de estratégias, diretrizes, controle, monitoramento até o gerenciamento, são desempenhadas e estão compreendidas nas seguintes unidades:

- Comitê de Ativos e Passivos (ALCO - *Asset and liability committee*);
- Área ALM na Tesouraria;
- Área de Gestão de Riscos.

d) Risco de mercado

Definição

Riscos de Mercado estão ligados a possíveis perdas monetárias em função de flutuações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas nos mercados. As oscilações de variáveis financeiras, índices de inflação, taxas de juros e taxas de câmbio, geram potencial de perda para praticamente todas as empresas e, portanto, representam fatores de risco financeiro.

Basicamente, pode-se dizer que o Risco de Mercado que uma instituição está exposta deve-se ao conjunto de três fatores: a) exposição – valor exposto ao risco; b) sensibilidade – o impacto em função da flutuação de preços; e c) variação – a magnitude da variação de preços. Nota-se, dentre os fatores, que a exposição e sensibilidade são fatores controláveis pela instituição em função de seu apetite frente aos riscos observados, entretanto, a variação é uma característica do mercado, portanto fora do controle do Pine.

Os riscos de mercado podem ser classificados em diferentes modalidades, como o risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de commodities e preço de ações. Cada modalidade representa o risco de ocorrerem perdas em função de oscilações na variação em sua respectiva variável.

Gestão de risco de mercado

A gestão do risco de mercado é feita de forma centralizada por uma área que mantém independência em relação à mesa de operações e que tem como responsabilidade principal monitorar e analisar o risco de mercado oriundo das posições assumidas pelo Pine vis a vis o apetite ao risco definido pelo Comitê de Tesouraria e aprovado pelo Conselho de Administração.

A área de gestão de risco de mercado efetua diariamente o cálculo do Valor em Risco e gera os GAPs de descasamento dos Fatores Primitivos de Risco que compõem a carteira do Pine.

Os valores são confrontados diariamente com os limites de VaR, exposição por Fatores Primitivos de Risco e Stop Loss estabelecidos pelo Comitê de Tesouraria e aprovados pelo Conselho de Administração do Conglomerado.

Para os testes de estresse, utilizam-se os cenários de alta e de baixa divulgados pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, bem como o deslocamento das curvas de juros utilizadas. Poderão, ainda, ser utilizados alguns cenários gerados pelo Comitê de Tesouraria.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no Pine, bem como o atendimento da regulamentação em vigor.

Metodologias

Valor de mercado:

O objetivo da marcação a valor de mercado (MtM) é tornar o apreçamento dos ativos e passivos contidos nas carteiras *trading* e *banking* do Pine o mais transparente possível, visando as análises aos fatores de riscos de mercado e a proteção patrimonial dos acionistas.

Value at risk – VaR (Valor em risco):

O VaR mede a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança, ou seja, o VaR fornece uma medida do risco de mercado.

O gerenciamento de risco de mercado utiliza-se do VaR, como medida de perda potencial das carteiras do Pine. Para os cálculos, utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 99%. Todo o cálculo está baseado nos preços de fechamento de mercado, obtidos de diferentes fontes (Anbima, B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, Banco Central, entre outros).

São realizadas análises de VaR por mercado, vértices e por fator de risco associados a curva de juros, preços de ações, câmbio e commodities. Caso o limite de VaR seja excedido, será feita uma avaliação das operações e aquelas que apresentarem maior risco deverão ser reajustadas pela Tesouraria de modo a reduzir o risco e buscar o enquadramento dentro do limite máximo de exposição. A liquidez de mercado deverá ser avaliada quando do reajuste dessas operações.

Análises:

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

Análise de sensibilidade aos fatores de risco

Nesta análise procura-se avaliar a variação do valor de mercado da carteira a uma pequena variação das estruturas a termo de taxas de juros. O cenário aplicado é o deslocamento de 1 ponto-base (DV01) nas curvas de juros que compõem as carteiras da Instituição. Essa análise é importante, pois leva em conta a maturidade (duração) dos diferentes ativos que compõem as carteiras.

Análise de estresse

Diariamente são efetuados testes de estresse que são divulgados em conjunto com as figuras de Risco do Pine para cada tipo de exposição (prefixado-juros, Dólar, inflação e ações) considerando os cenários divulgados pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão para cada fator de risco. São considerados dois cenários de alta e dois cenários de baixa.

Riscos

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros surge da possibilidade de que variações na taxa de juros afetarão os fluxos de caixa futuros ou o valor justo de instrumentos financeiros.

Risco de moedas

Risco de moedas é o risco de variação no valor de um instrumento financeiro devido a mudanças em taxas de câmbio. O Conselho estabeleceu limites de posições em moedas estrangeiras. Conforme as políticas do Pine, posições são monitoradas diariamente e estratégias de hedge são utilizadas para manter as posições dentro dos limites preestabelecidos.

Risco de preço de ações

Risco de preço de ações é o risco de o valor justo de ações diminuir como resultado de variações no nível de índices de ações ou ações individuais.

Risco de Commodities

Risco de Commodities é o risco devido à oscilação dos preços de produtos físicos (produtos agrícolas, petróleo, metais, etc).

Exposição ao Risco
Carteiras mantidas para negociação

Essa carteira é composta somente por operações em negociação (trading) do Pine transacionadas com a intenção de negociação, revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços ou arbitragem. Pode ainda, ser incluída operação destinada a hedge da referida carteira.

Exposição aos riscos de mercado - Carteiras mantidas para negociação

Apresentamos abaixo um resumo da posição de VaR das carteiras negociáveis do Pine referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, considerando o critério de 99% de confiança e holding período de 1 dia.

A estrutura de risco de mercado segrega suas operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela regulamentação em vigor.

Análise de sensibilidade

Conforme Instrução Nº 475 da CVM, de 17 de dezembro de 2008, segue abaixo quadro demonstrativo de análise da sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, que exponham o Pine a riscos oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras fontes de exposição, sendo que para a apuração dos impactos as taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos PV01s apurados em 31 de dezembro de 2019:

		Análise de Sensibilidade		
		2019		
Fator de Risco	Exposição	Cenários		
		Provável ⁽ⁱ⁾	Possível ⁽ⁱⁱ⁾	Remoto ⁽ⁱⁱⁱ⁾
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	(6.394.087)	(30.455.906)	(60.911.811)
Índice de Preços (IPCA)	Variações no cupom de IPCA	1.040.498	4.856.980	9.713.960
Taxa TJLP (TJLP)	Variações na TJLP	(3.060)	11.970	23.939
Taxa Referencial (TR)	Variações na TR	4.577.632	2.463.677	4.927.354
Taxa de Cupom de Dólar	Variação cupom cambial	93.894	411.109	822.218
Taxas de Cupom de Outras Moedas	Variação cupom cambial	(462)	(3.433)	(6.865)
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	Variação nas taxas OffShore	(19)	(4.774)	(9.548)
Moedas	Variação na variação cambial	(93.034)	(255.836)	(511.671)
Total (soma não correlacionada)*		(12.202.686)	(38.463.685)	(76.927.366)
Total (soma correlacionada)**		(778.638)	(22.976.213)	(45.952.424)

*Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.

**Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

Cenários

Cenário composto pela soma dos preços ou taxas de mercado do dia 31/12/2019 e suas respectivas volatilidades apuradas através do método de EWMA ($\lambda=94$).

Cenário I - Provável

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	1,98%	0,04%	2,02%
Índice de Preços (IGPM)	0,00%	0,00%	0,00%
Índice de Preços (IPCA)	5,80%	-0,22%	5,58%
Taxa TJLP (TJLP)	-1,10%	0,01%	-1,09%
Taxa Referencial (TR)	6,19%	-1,18%	5,01%
Taxa de Cupom de Dólar	3,34%	-0,01%	3,33%
Taxa de Cupom de Outras Moedas	6,00%	-0,28%	5,72%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	1,88%	0,00%	1,88%
Moedas	4,02	-0,35	3,67

Cenário II - Possível

Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	1,98%	-25%	1,49%
Índice de Preços (IGPM)	0,00%	-25%	0,00%
Índice de Preços (IPCA)	5,80%	-25%	4,35%
Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	-1,10%	25%	-0,82%
Taxa Referencial (TR)	6,19%	-25%	4,64%
Taxa de Cupom de Dólar	3,34%	-25%	2,50%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	6,00%	-25%	4,50%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	1,88%	-25%	1,41%
Moedas	4,02	-25%	3,01

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Cenário III - Remoto Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento, (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	1,98%	-50%	0,99%
Índice de Preços (IGPM)	0,00%	-50%	0,00%
Índice de Preços (IPCA)	5,80%	-50%	2,90%
Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	-1,10%	50%	-0,55%
Taxa Referencial (TR)	6,19%	-50%	3,10%
Taxa de Cupom de Dólar	3,34%	-50%	1,67%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	6,00%	-50%	3,00%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	1,88%	-50%	0,94%
Moedas	4,02	-50%	2,01

e) Risco socioambiental

O Pine atua com responsabilidade social em todos os negócios realizados, agindo sempre de maneira ética e transparente em todas as suas esferas, para assim contribuir para o desenvolvimento econômico da sociedade e zelar para que todos os recursos sejam utilizados de maneira consciente e sustentável.

Dado que os principais impactos socioambientais recaem sobre o core business do Banco - na concessão de crédito corporativo - é essencial visar a responsabilidade socioambiental como um dos critérios de aprovação da linha. Isso possibilita o Pine a trabalhar com organismos multilaterais focados no desenvolvimento socioambiental.

Nesse cenário, o Pine possui uma atuação 100% responsável ao trabalhar com linhas de crédito aprovadas por organismos multilaterais que impõem uma série de compromissos socioambientais em suas operações. Alinhado a esses organismos e seus princípios, o Banco conta com uma Política de Responsabilidade Socioambiental ("PRSA") que determina os aspectos a serem observados na gestão da operação do Pine e no relacionamento com sua cadeia de valor.

Política de Responsabilidade Socioambiental ("PRSA")

A PRSA tem por objetivo estabelecer e apresentar a estrutura de gerenciamento de risco socioambiental por meio de diretrizes que permeiam a estratégia da Instituição em relação ao tema socioambiental. Tal Política contém princípios que norteiam as ações de natureza socioambiental nos negócios e nas relações do Pine com as partes interessadas, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas da cadeia de valor e buscando o desenvolvimento sustentável.

As partes interessadas são os clientes e usuários dos produtos e serviços oferecidos pela Instituição, a comunidade interna à sua organização e as demais pessoas que podem ser impactadas pelas atividades da Instituição.

Assim sendo, o Pine faz consultas e diálogos estruturados com suas Partes Interessadas, a fim de contribuir para o aprimoramento da gestão dos negócios e promover aprendizados contínuos para ambos os lados. A PRSA estimula a participação das Partes Interessadas em seu processo de elaboração.

No processo de avaliação e concessão de crédito levamos em consideração a análise de riscos socioambientais do cliente, ou seja, se o Compliance encontrar alguma inconsistência referente ao tema socioambiental, o cliente poderá ter um impacto negativo no seu rating de crédito que será definido pela área de Análise de Crédito.

Além disso, neste processo considera-se uma lista restritiva que identifica segmentos ou organizações para as quais o Banco tem restrições na concessão de crédito ou financiamento. Essa lista leva em consideração projetos e empresas que estejam envolvidos com práticas trabalhistas ilegais, que firam os Direitos Humanos ou, ainda, que produzam, comercializem ou utilizem produtos, substâncias ou atividades considerados nocivos à sociedade e ao meio ambiente.

Para evitar danos à sua reputação e não fomentar negócios que não estão em conformidade com os princípios e as políticas, o Pine realiza uma avaliação contínua dos clientes atuais e potenciais que atuam em setores críticos do ponto de vista socioambiental.

f) Risco operacional
Definição

O Pine define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequações nos processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.380/06. Nessa definição inclui o risco legal, decorrente da possibilidade de ocorrer perdas em virtude de inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, incluindo alterações retroativas, decisões judiciais e acordos favoráveis e a sanções decorrentes de descumprimento de dispositivos legais, bem como a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Gestão de risco operacional

A transparência sobre os riscos e a preocupação em mitigá-los com controles internos eficientes e adequados é de conhecimento de todos os níveis hierárquicos, nossa governança é estruturada de forma a contemplar a discussão de riscos relevantes em Comitês e fóruns apropriados o que permite o gerenciamento pró-ativo e o resguardo de recursos, minimizando o risco de perdas de alta severidade, mesmo que de baixa ou nenhuma frequência.

Desta forma, é entendido pelo Pine que o gerenciamento do risco operacional cria valor para os acionistas ao reduzir o risco quando evita ou diminui as perdas, tornando os processos mais eficientes, permitindo respostas rápidas a contingências, eliminando ou reduzindo riscos, melhorando o desempenho do negócio e alinhando o retorno financeiro à estratégia da instituição.

g) Índice de Basiléia

O Pine, em 31 de dezembro de 2019, atingiu o índice de 12,33% (12,80% em 31 de dezembro de 2018), calculado a partir do "Consolidado Prudencial".

h) Gerenciamento de Riscos - Pilar 3

O Pine, de acordo com a Circular Bacen nº 3.678/13, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico ri.pine.com.

i) Índice de Imobilização

De acordo com a Resolução CMN nº 2.286/96, o limite de imobilização permitido é de 50,0%. Em 31 de dezembro de 2019, o índice de imobilização foi de 23,30% (35,98% em 31 de dezembro de 2018).

j) Outros riscos - Ambiente de tecnologia da informação

Os negócios do Pine dependem da capacidade computacional do ambiente tecnológico.

Reconhecemos que nossa competitividade também está pautada no funcionamento adequado de nosso controle financeiro, gestão de riscos, contabilidade, serviço ao cliente e outros sistemas de processamento de dados, e por isso priorizamos nossa resiliência por meio de soluções sistêmicas e tecnológicas que podem mitigar os impactos causados e falhas no ambiente. Operamos com políticas conservadoras de armazenamento e segurança dos dados que viabilizam sua rápida recuperação, optamos por manter os sistemas e informações essenciais com redundância e replicação em tempo real no site de contingência. Entendemos que qualquer violação de segurança causada por acesso não autorizado às informações ou sistemas, podem ter efeito adverso relevante sobre nosso negócio.

Continuamente investimos em melhorias constantes em nosso ambiente tecnológico. Como amostra deste cenário o Pine busca inovar seguindo as tendências tecnológicas do mercado, investir na automatização contínua dos processos críticos, na reformulação sistêmica para integração dos processos internos visando mais sinergia e agilidade. Tecnologia da informação tem importância estratégica para o nosso negócio, desta forma investimos em capacidade intelectual bem como nas mais modernas soluções seguras e disruptivas.

27. OPERAÇÕES ATIVAS VINCULADAS

O Pine realiza operações ativas vinculadas nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02. Em 31 de dezembro de 2019 os saldos das operações ativas vinculadas e das correspondentes captações de recursos, bem como respectivos resultados apurados no semestre estão demonstrados abaixo:

	Individual e Consolidado		
	Moeda	Curto Prazo	Resultado
Operações ativas vinculadas			
Operações de crédito	R\$	125.516	1.140
Operações de câmbio	USD	19.443	414
Obrigações por operações ativas vinculadas			
Depósitos a prazo	R\$	(125.356)	961
Obrigações por empréstimos	USD	(19.443)	414

Em 31 de dezembro de 2019 não existiam operações ativas vinculadas inadimplentes, bem como questionamento judicial sobre as operações ativas ou sobre os recursos captados para a aplicação nessas operações.

28. OUTRAS INFORMAÇÕES
a) Seguros

O Pine adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes estabelecidos pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros em 31 de dezembro de 2019 é assim demonstrada:

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Directors and Officers Liability (D&O)	Responsabilidade Civil para Administradores	50.000
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para veículos	131
Prédios, maquinismos, móveis e utensílios	Quaisquer danos materiais a instalações, máquinas e equipamentos	18.590
Seguro global de banco	Valores em espécie	150
Seguro garantia	Judicial para Execução Fiscal	324.977

b) Leasing operacional

O Pine possui obrigações decorrentes da contratação de operações de arrendamento sob a modalidade *leasing* operacional. Os valores correspondentes aos compromissos dos equipamentos arrendados não estão refletidos no balanço patrimonial, em razão de as operações contratadas não preverem a opção de compra dos bens. O custo dos contratos de arrendamento são reconhecidos na demonstração de resultado, na rubrica "Despesas administrativas - arrendamento de bens".

	Taxa	Prazo	Individual e Consolidado	
			2019	2018
Despesa de arrendamento de bens				
Leasing de máquinas e equipamentos	3,22%	3	435	607
Total			435	607

c) Valor justo de instrumentos financeiros

De acordo com a Instrução CVM nº 235, apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final do exercício.

	2019	
	Valor justo	Valor contábil
Ativos		
Aplicações Interfinanceiras de liquidez ⁽ⁱ⁾	37.592	37.592
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱⁱ⁾	4.686.598	4.686.598
Operações de crédito ⁽ⁱⁱⁱ⁾	2.782.344	2.558.035
Outros créditos ^(iv)	463.089	500.128
Total de ativos financeiros	7.969.623	7.782.353
Passivos		
Depósitos à vista ^(v)	81.081	81.081
Depósitos interfinanceiros ^(vi)	67.049	67.049
Depósitos a prazo ^(vii)	5.768.992	5.641.125
Captação no mercado aberto ^(viii)	345.394	345.394
Recursos de aceites e emissão de títulos ^(ix)	530.207	534.377
Obrigação por empréstimos e repasses ^(x)	127.625	83.771
Dívida subordinada ^(xi)	62.089	131.457
Total de passivos financeiros	6.982.437	6.884.254

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- i) O valor justo das aplicações interfinanceiras de liquidez se aproxima substancialmente do seu valor contábil.
- ii) O valor justo dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos e captação no mercado aberto reflete o seu valor contábil.
- iii) Operações de crédito e outros créditos são mensurados líquidos da provisão para devedores duvidosos. O valor justo dessas operações representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado para determinar seu valor justo.
- iv) O valor justo estimado dos depósitos à vista e interfinanceiros se aproxima substancialmente do seu valor contábil.
- v) O valor justo estimado dos depósitos a prazo e os outros empréstimos sem cotação no mercado ativo é baseado em fluxos de caixa descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos de vencimento similares.

d) Segmentos operacionais

O Pine opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman e Pine Securities, com clientes brasileiros e portanto não apresenta segmentação geográfica. O Pine não identificou segmentos operacionais reportáveis.

e) Acordos para compensação e liquidação de obrigações

Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional - Foram firmados acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN nº 3.263 de 24/02/2005, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

f) Covenants

O Pine possui empréstimos de longo prazo, incluindo organismos multilaterais, classificados na rubrica "Obrigações por empréstimos e repasses" que possuem cláusulas contratuais de cumprimento de obrigações (covenants) que exigem determinadas condições de performance, tais como índice de rentabilidade e de eficiência. Estamos em avançada negociação para obtenção da dispensa do cumprimento de tais cláusulas. Em 31 de dezembro de 2019 efetuamos a reclassificação de R\$49.972 para curto prazo (R\$179.599 em 31 de dezembro de 2018).

g) Divulgação de outros serviços prestados pelos auditores independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, no período de janeiro a dezembro de 2019, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.
